



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIRIO

**Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

Ivy Souza da Silva

**Cartazes do Movimento Estudantil – a contribuição da  
conservação para a construção da memória da atuação  
secundarista na Ditadura Militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marília Xavier Cury

Rio de Janeiro

2014

IVY SOUZA DA SILVA

**Cartazes do Movimento Estudantil – a contribuição da conservação para a  
construção da memória da atuação secundarista na Ditadura Militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Xavier Cury

Rio de Janeiro

2014

---

Silva, Ivy Souza da.

Cartazes do movimento estudantil [manuscrito] : a contribuição da conservação para a construção da memória da atuação secundarista na ditadura militar / Ivy Souza da Silva. -- 2014.

96 f.

Orientador: Marília Xavier Cury.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

1. Patrimônio cultural, preservação, Brasil. 2. Movimento estudantil, Brasil, 1968. 3. Documento histórico, conservação, Brasil. I. Título.

CDU 719:061.233 (81)

---

**Cartazes do Movimento Estudantil – a contribuição da conservação para a construção da memória da atuação secundarista na Ditadura Militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Memória Social (PPGMS) do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Memória Social.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Dodebei

PPGMS – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Ivan de Sá

Escola de Museologia – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marília Xavier Cury (Orientadora)

PPGMS – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## Agradecimentos

A toda a equipe do APERJ, em especial a Paulo Knauss, Teresa Bandeira de Melo, Camila, Marisa, Rene, Eliane, Margareth, Miriam, Clarisse, Gabriel, Edson e Johenir. A todos os estagiários que passaram pelo laboratório de Conservação de Documentos do APERJ, os quais, de alguma forma, contribuíram com a preservação do acervo das Polícias Políticas.

A Marília Xavier Cury, orientadora desta pesquisa, pela paciência e perseverança.

A Fernanda, Alice, Raquel, grandes amigas, colegas de profissão e incentivadoras.

A Paloma e Margot, que foram minhas estagiárias, orientandas, e, hoje, profissionais de preservação das quais muito me orgulho por ter participado de suas vidas.

Aos professores Ivan de Sá e Vera Dodebei, pelos questionamentos feitos na qualificação desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Memória Social.

Aos colegas de curso.

Às professoras Joana Ferraz, Margareth Pereira, Beatriz Kushnir, as quais, em aulas e conversas informais, conseguiram influenciar de alguma forma a minha pesquisa.

A Juçara e Geraldo, minha atual chefia, pela compreensão, incentivo e liberação para minhas viagens.

A Lídia, Carla e Gil, pela ajuda de última hora.

Às minhas irmãs Isabela e Isadora pelo carinho, paciência, e por compreenderem meus silêncios.

Ao senhor Getúlio, meu pai; e a Cida, sua esposa e minha fada madrinha.

E o agradecimento mais que especial à minha família, Alexandre, Lúcia e Clara, que compreenderam e respeitaram minhas ausências.

Dedico este trabalho à geração de jovens estudantes nos quais depositamos nossos sonhos e esperanças, em especial a meus sobrinhos Guilherme, Maria Luísa, Eduardo, Laio, Fernando, Ana Cristina; e minhas filhas Lúcia e Clara.

## Resumo

As pesquisas e publicações sobre as entidades estudantis organizadas no Brasil têm sido uma forma de consolidar a memória do movimento que deu voz de uma parcela da sociedade ávida por mudanças durante o período da Ditadura Militar - o Movimento Estudantil. Esta dissertação tem por objetivo colaborar com a construção da memória da atuação dos estudantes secundaristas junto ao Movimento Estudantil na década de 1960. A investigação parte da análise das marcas deixadas em dois cartazes pertencentes ao Fundo Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, produzidos por secundaristas do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco, durante uma greve estudantil, no ano de 1968. Tomando por base o reconhecimento do documento arquivístico como memória e como patrimônio, a conservação das marcas de danos circunstanciais como conteúdo informacional do documento se apresentou de forma decisiva para a preservação da memória dos cartazes e, por conseguinte, de seus produtores. Neste sentido, foram formuladas questões sobre as teorias da conservação e restauração de bens culturais com o intuito de balizar as decisões tomadas, e sobre as circunstâncias às quais os cartazes foram submetidos, onde os danos aconteceram. Os conceitos utilizados proporcionaram a reflexão sobre o papel da preservação de bens culturais no campo da memória. A análise das marcas deixadas na superfície dos cartazes, feita de forma concomitante à crítica da documentação policial, proporcionou o esclarecimento de fatos, embora tenham restado questões a serem respondidas.

Palavras-chave: Cartaz; Movimento Estudantil; Polícias Políticas; Preservação; Memória Social.

## Abstract

Researches and publications on student entities organized in Brazil have been a way to consolidate the memory of the movement which gave voice to a part of society willing for changes during the Military Dictatorship period - the Student Activism. This dissertation aims to collaborate with the construction of the memory of high school students performance along with the student activism in the 1960s. The research comes from the analysis of the marks left in two posters belonging to the Political Police Fund from the State of Rio de Janeiro Public Archive, produced by the State High School Camilo Castelo Branco, during a student strike in 1968. Based on the recognition of the archival document as memory and heritage, the conservation of circumstantial damage marks as informational content of the document presented itself decisively to the preservation of the memory of the posters and, consequently, of their producers. In this sense, some questions on theories of conservation and restoration of cultural assets were formulated in order to prepare the decisions taken, and on the circumstances to which the posters were submitted, where the damages occurred. The used concepts provided the reflection on the role of cultural heritage preservation in the field of memory. The analysis of the marks left on the surface of the posters, simultaneously made with the criticism of police documentation, has led to the elucidation of facts, although there are still some questions to be answered.

Keywords: Poster; Student Activism; Political Police; Preservation; Social Memory.



## Sumário

Introdução .....	10
Capítulo 1. Acervos arquivísticos na perspectiva da memória e do patrimônio.....	17
1.1 Documento como suporte de memória.....	21
1.2 Documento como patrimônio.....	25
1.2.1 Registros e regulamentações: a busca pela preservação respaldada.....	27
Capítulo 2. Conservação de documentos: paradigmas de preservação .....	34
2.1 Conhecendo a trajetória dos arquivos das polícias políticas .....	34
2.2 O ingresso ao APERJ dos acervos das polícias políticas.....	38
2.3 Enfim, documentos a preservar .....	39
2.3.1 Preserções sob o ponto de vista teórico .....	39
2.4 A metodologia de preservação adotada pelo APERJ .....	48
2.4.1 As decisões de conservação para os cartazes pisoteados .....	52
Capítulo 3. Documentos do Movimento Estudantil: Potencialidade para discussão sobre a atuação secundarista no Movimento Estudantil .....	57
3.1 A vigilância documentada .....	60
3.1.1 O alerta às organizações estudantis .....	62
3.2 O “Setor Estudantil” .....	63
3.3 Os cartazes.....	65
3.3.1 O que as marcas podem contar .....	72
Considerações finais .....	87
Bibliografia.....	92

## INTRODUÇÃO

São diversas as abordagens sobre o período da ditadura militar das décadas de 1960 a 1980. As memórias desse período da História do Brasil vêm sendo erguidas e afirmadas por alguns de seus atores e por organizações civis, com a intenção de que se construa uma história condizente para com os fatos e aqueles que sofreram com a repressão. É preciso, pois, que as memórias sejam ativadas, ampliadas e disseminadas para que possam gerar processos de discussão.

Documentos que permaneceram ocultos por décadas em arquivos vêm sendo cada vez mais utilizados como ferramenta de auxílio na construção da História e na afirmação da memória desse período, não somente pela limitação do acesso a eles em tempos anteriores, como também pelas conexões que vêm sendo estabelecidas por meio deles. Os cartazes do Movimento Estudantil, objetos de estudo aqui apresentados, são documentos representativos desse período e integram o conjunto denominado Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

É importante ressaltar a formação do Fundo citado, massa documental acumulada pelas polícias políticas no exercício de suas funções, recebida pelo APERJ após a promulgação da Lei nº 2.027, de 29 de julho de 1992, que dispõe sobre o recolhimento da documentação das organizações policiais que se ocupavam da ordenação social e política no Rio de Janeiro, assim como ocorreu em todas as Unidades da Federação.

Este arquivo teve sua história iniciada em 25 de agosto de 1931, por meio do Decreto nº 2.638, do Interventor Federal<sup>1</sup> no Estado do Rio de Janeiro, Adolfo Bergamini, tendo por primeira denominação Arquivo Geral do Estado. O arquivo, na época de sua criação, era subordinado à Diretoria de Interior e Justiça, e trazia como uma de suas competências

receber, classificar, guardar e conservar os papéis e livros findos, pertencentes às Secretarias de Estado, os quais serão relacionados e classificados segundo a natureza dos assuntos e o plano adotado (RIO DE JANEIRO, 1931).

---

<sup>1</sup> Interventor geral foi o cargo correspondente ao Governador de Estado no Brasil, durante a Era Vargas, de 1930 a 1947.

Ao longo dos anos, a instituição recebeu diversas coleções cujas temáticas estão relacionadas ao estado do Rio de Janeiro. No ano de 1961, o arquivo passou a guardar a documentação produzida pelo Poder Executivo da Província do Rio de Janeiro, e pela Presidência do Estado do Rio de Janeiro, consecutivamente. Os fundos arquivísticos compostos por esses documentos foram denominados Presidência da Província (períodos Colonial e Imperial brasileiro) e Presidência do Estado do Rio de Janeiro (primeiros anos da República). Em 1990, o APERJ recebeu a documentação da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, com documentos produzidos entre 1860 a 1969. No ano de 1992, a documentação das polícias políticas foi incorporada ao acervo da instituição, diversificando o perfil arquivístico do APERJ. Ao longo do tempo, o Arquivo Geral do Estado passou por diversas Secretarias até ser incorporado à Secretaria da Casa Civil, no ano de 2007, já com o nome de Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, a documentação das polícias políticas do estado do Rio de Janeiro pode ser consultada por qualquer pesquisador nas dependências do APERJ.

Os cartazes estudados nesta pesquisa integram um conjunto de documentos reunidos em 81 pastas organizadas sob a identificação de Setor Estudantil do Fundo Polícias Políticas. Ao todo, são 30 cartazes inseridos nesse conjunto, entre os quais se encontram impressos e manuscritos produzidos sobre tipos de papéis diversos como *offset*, *couchet*, cartolina, papel pardo, papel *craft* e até mesmo no verso de cartazes publicitários. Todos apresentam marcas de uso. Quando não somente as dobras e furos feitos pela polícia para arquivamento, veem-se também marcas de fita adesiva e furos provocados por tachas.

O contato<sup>2</sup> com os cartazes do Movimento Estudantil se deu no início do ano de 2010, quando a Divisão de Preservação de Documentos do APERJ propôs como atividade para aquele ano o tratamento dos dossiês do Setor Estudantil do Fundo Polícias Políticas do acervo da instituição. O conjunto foi escolhido por estar entre os dez mais consultados no ano anterior, e por se apresentar em estado regular de conservação, identificado após diagnóstico, o que proporcionaria uma avaliação do prazo de execução dos demais acervos em situação similar.

---

<sup>2</sup> Atuei no APERJ no período entre 2009 e 2011, na função de Chefe de serviço de conservação; e de 2011 a 2013, como Diretora da Divisão de Preservação.

O cartaz reproduzido a seguir (Figura 1) é um dos documentos analisados neste trabalho. Seu destaque deve-se às marcas de pisoteamento em sua superfície.

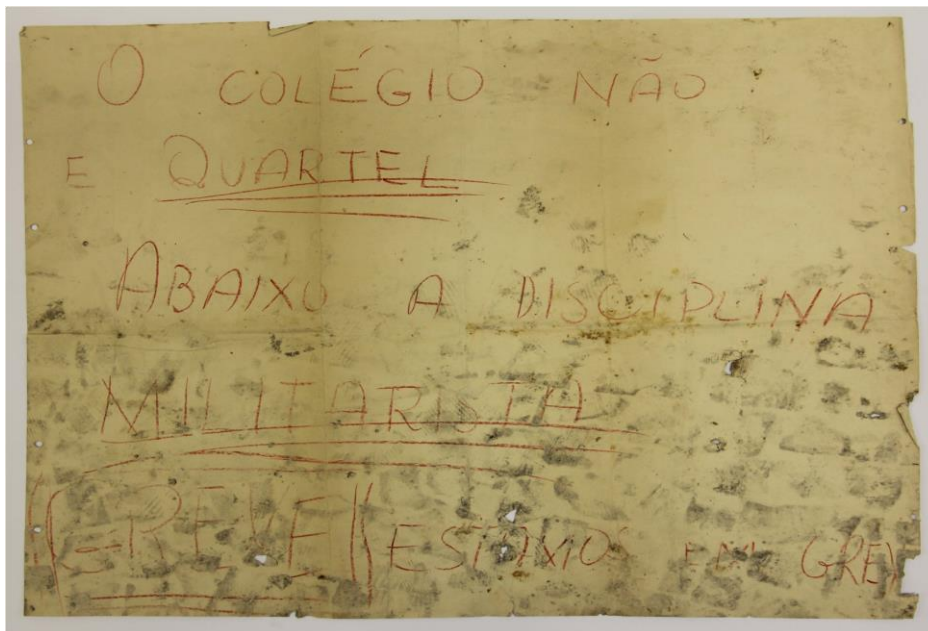


FIGURA 1 – "O colégio não é quartel". Giz de cera sobre papel, 55 x 72 cm. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 24. Foto: Rene Leal, 2013.

Os referidos cartazes foram produzidos no ano de 1968, por ocasião da mobilização para a greve estudantil daquele ano, conforme informações do conjunto de documentos ao qual pertencem<sup>3</sup>. Foram confeccionados por estudantes secundaristas do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco, localizado na cidade do Rio de Janeiro<sup>4</sup>. A atuação dos secundaristas no Movimento Estudantil nessa época foi acompanhada de perto pelo órgão da polícia política responsável pelo monitoramento das atividades consideradas perturbadoras da ordem. Esse é o motivo da existência da coleção. Contudo, a manutenção dessa coleção nos dias de hoje alcança um propósito distinto daquele para o qual foi criado: não são mais provas das atividades antidemocráticas dos estudantes, e sim portadores dos discursos de uma minoria reprimida.

<sup>3</sup> Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 24.

<sup>4</sup> O Colégio Estadual Camilo Castelo Branco fez parte da rede estadual de ensino até o ano da reforma do ensino de primeiro e segundo graus no Brasil, quando foi municipalizado. Hoje tem o nome de Escola Municipal Camilo Castelo Branco e está localizada no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro.

No conjunto documental do Movimento Estudantil há uma grande quantidade e variedade de cartazes produzidos com materiais diversos. Em sua maioria, apresentam algum tipo de dano que restringe o tratamento de conservação, como o grupo de cartazes eleito para estudo nesta dissertação, nos quais não é possível fazer uma higienização mecânica<sup>5</sup> para sua melhor conservação. Mas não foi essa a primeira situação na qual a equipe do laboratório de conservação do APERJ se viu frente a uma decisão sobre o grau de intervenção em um documento.

No ano de 2009, o laboratório recebeu da Divisão de Documentos Permanentes uma toalha que pertencia ao prontuário de uma presa política, Genny Gleizer<sup>6</sup>. A toalha de rosto apresentava marcas de tipos diferentes de dobras e exibia uma área com acúmulo excessivo de poeira. Como não foi possível remover toda a sujidade mecanicamente, optou-se por um tratamento químico para limpeza, fazendo-se o uso apenas de água deionizada. Mas, ao ser molhada, a toalha apresentou manchas que não eram vistas com o tecido seco. Por acreditar-se que aquelas marcas poderiam contar algo mais sobre o tempo em que Genny permaneceu encarcerada, o tratamento foi interrompido, sob o risco de os vestígios serem apagados ou alterados. As equipes de conservação e de tratamento técnico entenderam que as marcas constituem informação inerente ao objeto e à sua trajetória no tempo.

Contudo, um fato específico foi decisivo para o despertar de questionamentos sobre a relação entre conservação e memória. Depois de finalizado o tratamento de conservação de um grupo de cartazes (tratamento limitado à planificação e acondicionamento), foi recebida, no laboratório, pela equipe de conservação, a visita de um grupo de professoras de História de escolas do Ensino Médio da rede pública. Na oportunidade, a equipe apresentou às visitantes três cartazes que haviam sido separados do conjunto documental. Em seguida, explicou que a decisão pela separação desses documentos de seu conjunto se deu em razão de estes terem sido anteriormente armazenados em caixas com dimensões menores que as que possuíam, e que a manutenção dos documentos

---

<sup>5</sup> Entende-se por higienização mecânica ou limpeza mecânica o procedimento realizado em documentos, cujo objetivo é a redução ou a eliminação da presença de poeiras, partículas sólidas, incrustações ou outros depósitos de superfície. A limpeza da superfície de documentos em papel é feita inicialmente com trincha macia, e posteriormente com pó de borracha. (CASSARES, 2000).

<sup>6</sup> ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Memórias num bordado: Traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 2010.

naquelas condições – dobrados – traria risco de deterioração. Esclareceu, ainda, que o ato sistemático de abrir e fechar um documento que está dobrado, todas as vezes que ele tiver de ser consultado, fragiliza as fibras de papel das áreas de vinco, levando o suporte à ruptura.

Dois dos documentos apresentados possuíam marcas de rasgos, dobras, furos e pisoteio. Um observador comum descreveria o documento como “muito sujo”. De fato, algumas dessas “sujeiras” são provenientes das marcas de solados de sapatos, das impressões do relevo das pedras portuguesas do calçamento de rua, e dos rasgos provocados pelo atrito contra o piso. Como a visita era a um laboratório de conservação, e já havia sido feita a apresentação de todos os procedimentos de conservação pelos quais passa um documento, no final do circuito, ao abrir-se a embalagem de papel alcalino para que fosse exibido um dos referidos cartazes para as visitantes, propositadamente a equipe deixou que este fosse observado antes que fosse feito algum comentário sobre ele. Nesse momento, foi possível observar duas reações distintas das visitantes.

A primeira das reações foi a de uma professora que falou, entre risos, que, se não tivesse sido informado, ela nunca saberia que aquele documento já havia sido tratado, possivelmente surpresa com a permanência de tantas sujidades no suporte. Num segundo momento, após a contextualização sobre as possíveis circunstâncias pelas quais passaram aqueles cartazes, outra reação de uma segunda professora foi notada: ela se afastou do grupo emocionada, com lágrimas nos olhos.

Essas reações causaram um impacto sobre a relevância do trabalho de preservação de documentos desenvolvido no laboratório, pois se constatou que a decisão pela manutenção das marcas desses papéis conduziu os observadores à memória de um acontecimento dramático que se supõe ter ocorrido com aquele cartaz. Assim, a memória dessas marcas só pôde ser revelada por ter sido preservada junto a tudo o que faz parte de um documento, em todas as esferas da preservação – identificação, ambiência, descrição, conservação, e transmissão da informação. A manutenção das marcas dos cartazes como provas acusatórias permitiu que hoje as memórias da ditadura sejam ampliadas, por mais contraditórias que possam parecer, e por mais que se discorde do entendimento de que manifestações por democracia sejam crimes.

Essa experiência aguçou ainda mais a minha inquietação como pesquisadora, desde o momento em que resolvi dedicar-me à preservação de bens culturais: proporcionar sobrevida a objetos que portem ou promovam lembranças. Também despertou-me uma questão a respeito da qual, naquele momento, percebi a necessidade de uma investigação: Quais são os embasamentos teóricos que poderiam ser usados para justificar a manutenção de danos em documentos sobre papel? Este foi o ponto de partida para a pesquisa que se apresenta.

A pesquisa pretende, ainda, pôr em discussão o reconhecimento de danos e intervenções presentes nos cartazes que constituem objeto de investigação deste trabalho, como conteúdo informacional, sob a justificativa de corroborar com a construção da memória da atuação dos secundaristas no Movimento Estudantil. Nesse sentido, pretende-se estabelecer uma reflexão sobre os procedimentos de preservação de documentos arquivísticos a partir da revisão e da discussão de conceitos e métodos que integram essa prática. Assim, pretende-se colaborar para as reflexões do campo de conservação, da memória e do patrimônio documental de forma integrada.

Como objetivo geral, a pesquisa pretende trazer à luz parte da memória da atuação dos estudantes secundaristas cariocas no Movimento Estudantil durante o ano de 1968, ano de grande mobilização da categoria por reformas no sistema de ensino no Brasil, partindo-se de registros encontrados em cartazes produzidos por esses estudantes. Como objetivo específico, a pesquisa buscará desenvolver uma reflexão sobre os danos circunstanciais sofridos pelos documentos, como elementos constitutivos de memória. A abordagem pretende verificar de que forma esses danos devem ser preservados como uma marca da trajetória dos documentos, e um elo com a memória, tanto no que diz respeito ao documento em si, quanto a fatos que circundam esse objeto.

Para tanto, algumas questões foram formuladas e servirão como base para os estudos que se seguirão: Por que os cartazes foram arquivados? Por que preservar os danos e sujidades existentes nos cartazes? Esses danos são reconhecidos como conteúdo informacional, pertencentes ao documento?

Para embasar as discussões, serão considerados/consultados os autores Jacques Le Goff, a propósito da questão do documento como monumento; Michael Polack, no que tange à memória do período ditatorial; e Salvador Muñoz Viñas, para tratar a respeito de conservação do documento.

Como metodologia, a pesquisa será desenvolvida em quatro etapas de trabalho. A primeira delas será a revisão bibliográfica sobre documentação arquivística como patrimônio; e sobre a memória do Movimento Estudantil secundarista, por meio do que já foi escrito sobre a sua atuação. Concomitantemente, será feita a revisão sobre as teorias de conservação contemporâneas que coadunam com os propósitos da pesquisa.

A segunda etapa será a análise dos dados levantados pela bibliografia consultada, e o confronto com os procedimentos adotados no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de verificar o impacto da conservação e das políticas de preservação para a memória no que tange a sua construção, transmissão e usos.

A terceira parte consiste na análise da documentação integrante do acervo das polícias políticas, do APERJ, referente aos cartazes a aos fatos que circundaram a apreensão destes. Será feita uma leitura das marcas existentes nos cartazes, confrontada com as informações contidas nos documentos correlatos.

Em face do exposto, pretende-se apresentar a dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo trata a respeito da documentação de arquivo sob a perspectiva da memória e do patrimônio. Serão analisadas definições para documento e a patrimonialização de acervos arquivísticos, cuja base teórica centra-se em Jacques Le Goff, Pierre Nora e a legislação sobre patrimônio e arquivo.

O segundo capítulo é dedicado à preservação. Consta de uma análise sobre a documentação do acervo das polícias políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no que tange a sua formação e ao ingresso ao acervo APERJ, e se abordará a conservação de documentos arquivísticos, os paradigmas existentes no campo, e as políticas de preservação vigentes para o tema. Nesse capítulo, o referencial teórico utilizado será o livro de Salvador Muñoz Viñas, sobre teorias contemporâneas de conservação de bens culturais.

O terceiro capítulo aborda os cartazes, objetos da pesquisa, segundo suas potencialidades para a discussão sobre a atuação secundarista no Movimento Estudantil. Nesse capítulo, o autor Arthur José Poerner será o referencial teórico, concatenando-se seu livro sobre o Movimento Estudantil, e o livro de Maria Paula Araújo, que tem por base o projeto Memórias do Movimento Estudantil, bem como depoimentos outros de ex-militantes da causa estudantil.



## 1 ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO

Para o senso comum, arquivo é lugar de guardar documento. *Arquivo* é uma peça de mobiliário, um conjunto de documentos, um edifício ou um “conjunto de dados gravados e armazenados em uma unidade [rígida ou móvel] independente” (AULETE, 2008, p. 84). Em todas essas definições, pode-se perceber que o que se guarda deve estar registrado, seja em meio analógico ou digital. Então, para ser considerado arquivo, é imprescindível a presença do documento. E o que é o documento? É suporte para memória, conforme definiu Pierre Nora. E memória? Que memória é essa que precisa de um registro, de um formato? Ainda segundo Nora, é a memória que alicerça a história. Posto isto, conclui-se que arquivo é lugar de preservação e de construção.

Na década de 1980, Pierre Nora (1993) escreveu sobre o que definiu como o fim da história-memória e, como consequência dessa ausência, o surgimento dos chamados “lugares de memória”: espaços, muitas vezes físicos, nos quais a memória permaneceria guardada e preservada. Grosso modo, arquivos têm associação direta a “lugares de memória” por serem espaços de guarda de documentos considerados importantes e que, de alguma forma, podem contribuir para a coesão de um grupo. Mas Nora vai além da simples metáfora. Para ele, a sociedade da época se mostrava contraditória, pois ora era dada a dessacralizações, e ora era dada a “sacralizações passageiras” (NORA, 1993, p.7). A manutenção da memória completava o quadro de divergências de comportamento, apontando para a conservação do que restou de um passado que precisa ser superado, mas que também suscita a piedade do grupo:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (NORA, 1993, p.13).

Ao identificar a necessidade da fixação de memória, Nora pondera sobre a necessidade de se registrá-la. Porém, não a memória verdadeira, aquela que, segundo o autor, está “abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios que se transmitem os saberes do silêncio” (NORA, 1993, p.14), e sim a memória transformada, editada, “tomada como um dever”, e não mais aquela gerada espontaneamente. A existência da memória denominada por Nora de *arquivística* depende de um suporte, de um registro, pois, à medida que a vivência dessa memória não acontece mais de forma interior, espontânea, ela precisará de meios externos para sustentá-la. “Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado.” (NORA, 1993, p.14).

Na década anterior, Jacques Le Goff, em seu livro “História e Memória”, traz à luz uma abordagem mais abrangente e diversificada sobre memória, e chega a revelar uma associação metafórica entre o desenvolvimento da cibernética e da Biologia e a memória humana. Le Goff relaciona a memória coletiva ao surgimento da escrita, que permitiu à memória uma forma, uma inscrição para que pudesse ser revisitada, possibilitando também o desenvolvimento de suporte próprio para a escrita e, conseqüentemente, o documento. Sobre arquivos, o autor descreve o surgimento de arquivos notariais na Europa a partir do século XIII, anteriormente restritos aos reis e a chancelarias régias, e destaca o surgimento, na Idade Média, da palavra *memória* e suas derivações. O apogeu da acumulação de memórias escritas se dá no século XVIII, com a difusão dos dicionários e enciclopédias. No mesmo período, começam as pesquisas sobre novas fontes de produção de papel na Europa, que até então era feito, sobretudo, por meio da reciclagem de tecidos de algodão e linho.

A Revolução Francesa é apontada como um divisor de águas para a memória registrada em forma de documento. Após a Revolução, se deu na França a criação de arquivos nacionais, não mais restritos às repartições públicas. O decreto de 25 de junho de 1794 ordena a disponibilização pública da documentação classificada como memória nacional. A partir de então, a Europa vê surgir uma série de arquivos públicos responsáveis por abrigar e difundir as memórias nacionais de seus países, e a criação de instituições de formação de estudiosos capazes de trabalhar a documentação arquivada.

A manipulação da memória e do esquecimento como mecanismo de dominação entre grupos também é abordada pelo autor, que afirma serem os esquecimentos e silêncios da História reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva, corroborando com demais autores, como Michael Pollack, Henry Rousso e François Hartog.

A memória, na qual se cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 2003, p. 471.).

O trabalho de manipulação da memória é apresentado por Michael Pollack, em artigo publicado no periódico “Estudos Históricos”, no ano de 1989, por meio de dois conceitos distintos: o de enquadramento da memória e o de memória subterrânea. No primeiro caso, a memória enquadrada seria a memória trabalhada de forma a oferecer referências restritas, nas quais a maior preocupação é a manutenção da coesão de um grupo, a partir do material que a História produz, ou seja, uma reinterpretação incessante do passado em função de conflitos do presente. O trabalho de enquadramento da memória também produziria rastros, resquícios materiais que poderiam ser reunidos em coleções, museus, bibliotecas e arquivos.

As chamadas memórias subterrâneas seriam as vozes silenciadas dos grupos que sofrem a opressão do poder exercido pelas classes dominantes. São as memórias dos marginalizados e das minorias, que se utilizam da oralidade para se manterem vivas, embora ocultadas socialmente. Seriam essas memórias que dariam a dimensão da tirania e da uniformização exercida pela memória coletiva descrita por Maurice Halbwachs (1990) e que são também usadas politicamente em tempos de crise, ao serem trazidas à tona de modo a concorrerem com a “memória oficial” (POLLACK, 1989, p.4).

A preocupação exacerbada de lembrar o que aconteceu ou de registrar o que acontece, na expectativa de que poderá vir a se tornar “histórico”, são as consequências do medo do esquecimento. O temor do vazio de memórias vem gerando os excessos de memória. Andreas Huyssen (2000) anuncia o esvaziamento do conceito de memória coletiva de Halbwachs devido ao que se tornou a memória nos dias atuais: “uma obsessão cultural de proporções

monumentais em todos os pontos do planeta.”. O fenômeno se mostra global, porém os núcleos estão arraigados em grupos definidos, “ligados às histórias de nações e estados específicos.” (HUYSSSEN, 2000, p.17). O medo do esquecimento, acredita Huyssen, está relacionado também à ausência de um espaço fúnebre em que possam ser lembradas as vítimas de genocídios ou os desaparecidos durante a vigência de regimes de governo ditatoriais. Sua hipótese consiste em que o medo do esquecimento é combatido com táticas de sobrevivência de memórias pública e privada, cuja ansiedade por memória caminha sobre um terreno instável – a época vivida no presente – no qual a fragmentação social é observada, e há o risco de essas memórias não se estabelecerem (HUYSSSEN, 2000, p.20).

Outro fenômeno apontado por Huyssen para caracterizar a preocupação com a manutenção de memórias é o conceito descrito na década de 1980 por Hermann Lübbe sobre a “musealização” da vida presente. Lübbe afirma que a musealização não seria atividade exclusiva das instituições museológicas, mas que já estaria presente em todas as áreas da vida cotidiana, e um dos fatores que estaria desencadeando esse fenômeno seria a veloz transformação de diversos aspectos da sociedade atual. A obsolescência de objetos e comportamentos, muitas vezes programada, desperta o desejo de manutenção da memória, sobre a qual os grupos sociais ainda têm algum poder de ação.

Aproximado do discurso de Lübbe sobre a musealização está o do historiador François Hartog (2006), ao dissertar sobre excessos de memória. Para Hartog, a patrimonialização universalizada e estendida a novos campos, responsável por criar instrumentos de preservação de paisagens naturais, biodiversidades, manifestações religiosas, festas, etc., é vista como indício, ou sintoma, “[...] da nossa relação com o tempo.” (HARTOG, 2006). O autor denomina de “presentismo” aquilo que observou a partir dos anos 1980: a necessidade de se construir a “história do tempo presente”, o dever de memória.

O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006, p.266)

Hartog percebe a preocupação de entidades e do poder público em preservar partes do tempo presente como necessidades urgentes provocadas pelo medo da perda iminente. O futuro é descrito como um tempo obscuro que indubitavelmente chegará até nós (contrariando o consenso de que nós o alcançaremos), no qual estaremos a “ruminar um passado que não passa.” (HARTOG, 2006).

### 1.1 Documento como suporte de memória

A conceituação de documento apresentada por Heloísa Bellotto tem por base o sentido clássico para o termo, que diz ser documento “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa”. Bellotto classifica como documento de arquivo aqueles

produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem pois por motivos funcionais administrativos ou legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTO, 2004, p. 35).

O historiador francês Jacques Le Goff (1980) dedica um capítulo de seu livro ao que denomina *Documento/Monumento*. Assim como Nora, Le Goff associa o documento e o monumento à materialidade da memória e, conseqüentemente, da História. A definição dada por este autor para *documento* vai buscar em suas raízes linguísticas o termo *documentum*, palavra derivada do verbo latino *docere* (“ensinar” em português), que foi absorvida pelo vocabulário jurídico como sinônimo de “prova”. Le Goff finaliza a definição com a declaração de que o objetivo do documento seria opor-se ao monumento e afirmar-se como testemunho escrito.

Os termos *documento* e *monumento* se transformaram ao longo dos tempos, havendo época em que *documento* era definido como *monumento*. Le Goff apresenta como ocorreu essa evolução, remetendo ao século XVII para

traçar o que chama de “lento triunfo” do documento sobre o monumento. O autor discorre sobre o que seria a matriz de uma instituição arquivística, ao citar a criação de depósitos e recolhimento de *monumentos*; e reconhece, ainda no século XIX, o uso do termo “monumentos” para designar “grandes coleções de documentos” (LE GOFF, 1988, p. 537).

Na visão de Le Goff, o Positivismo operou como protagonista para a afirmação do *documento* independente do *monumento*. Fustel de Coulanges é apresentado como exemplo de historiador positivista, que considerava documento como sinônimo de texto, para quem a ciência da memória estaria “fundada em documentos que se impõem a si próprios”.

Da Idade Média ao Positivismo no século XIX, a crítica documental se ocupou da busca pela autenticidade. Le Goff aponta a necessidade de uma análise mais ampla do documento, a partir da revolução documental. A observação a respeito da utilização do documento pelo poder, atribuída a Paul Zumthor, fazendo deste um monumento, define documento/monumento da seguinte forma:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (ZUMTHOR, 1988, p. 545).

Para esclarecer sobre a ampliação do sentido do termo *documento*, Le Goff recorre à citação de Charles Samaran: “Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (SAMARAN<sup>7</sup>, 1961 apud LE GOFF, 1988). Essa ampliação representa apenas uma porção do que foi a chamada Revolução Documental, ocorrida a partir da década de 1960. Segundo Le Goff, o “interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens [...]” (1988, p. 540). Como exemplo dessa afirmação, está o

---

<sup>7</sup> SAMARAN, Charles. **L’histoire et ses méthodes**. Paris: Gallimard, 1961, p. 12. (Encyclopédie de La Pléiade, XI).

interesse pelos livros notariais e paroquiais, nos quais são encontrados registros de nascimentos, casamentos e mortes de pessoas comuns. Para Le Goff, a revolução documental foi uma revolução quantitativa e qualitativa para o tratamento desses documentos. Quantitativa porque, como já foi citado, abriu para a documentação do cidadão comum o interesse do historiador e, com o auxílio de desenvolvimento tecnológico, esse aumento de matéria foi possível de ser trabalhado. No entanto, observou-se um novo estatuto para o documento que não mais se apresenta como objeto único, cujo sentido se encerra em si, mas sim como objeto integrante de um conjunto que tem seu sentido ampliado quando relacionado a outros documentos que o cercam. Esse seria um dado da revolução qualitativa.

O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica. (LE GOFF, 1988, p.549).

Embora tenhamos visto que a revolução documental abriu campo para pesquisas até então ignoradas, Le Goff reafirma o poder exercido e sofrido pelo “cientista da memória” frente à condução da construção da História.

[...] A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe a um valor de testemunho que pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar e etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade, Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É

preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1988, p.547).

Sob a ótica quantitativa, a revolução documental também possibilitou a expansão da difusão de conteúdo a partir da informatização de dados, em fenômeno análogo ao ocorrido com a invenção da tipografia moderna por Johannes Gutenberg, no século XV. Com uma nova perspectiva de transmissão, surge a preocupação com a permanência das informações contidas nos documentos em suporte papel, dando início à era da reformatação digital, aqui descrita por Paul Conway (2001).

Há muito tempo, as bibliotecas e os arquivos têm a

responsabilidade de reunir, organizar e proteger a documentação da atividade humana. A ética da preservação, como gerenciamento consciente e coordenado é fenômeno mais recente. Bibliotecários e arquivistas, assim como os clérigos e escribas que vieram antes deles – aumentaram as chances de preservação das evidências, provas de nossas vidas, pensamentos e conquistas. A preservação tradicional, como forma responsável de resguardar essas informações, funciona somente quando a prova tem uma forma física, quando o seu valor é superior aos custos de sua manutenção, e quando os papéis desempenhados pelos seus criadores, responsáveis pela sua guarda e usuários são mutuamente reforçados.

A tecnologia de formação de imagens digitais é mais do que simplesmente outra opção de reformatação. A formação de imagens implica a transformação dos muitos conceitos acerca do formato; [...] O Universo digital transforma os conceitos da preservação tradicional: em vez de garantir a integridade física do objeto, passa a especificar a geração e a manutenção do objeto cuja integridade intelectual é sua característica principal. (CONWAY, 2001, p.11).

Embora em seu início a reformatação de documentos para meio digital tenha sido idealizada como possível substituta ao armazenamento do documento físico, logo se percebeu que não seria o fim do suporte papel. Na contramão do que imaginavam os entusiastas das novas tecnologias, a digitalização se mostrou mais uma ferramenta para a preservação de documentos em todas as esferas: desde a transmissão das informações contidas nos documentos até a preservação do meio físico, ao se restringir o manuseio de documentos fragilizados.



## 1.2 Documento como patrimônio

A patrimonialização de acervos documentais, tal como entendemos hoje, é produto de uma evolução do próprio conceito de *patrimônio*. José Reginaldo Gonçalves (2002) discorre sobre o conceito de patrimônio cultural a partir da relação entre apropriação e perda, na qual a preocupação com a patrimonialização advém do conceito de nação em risco, de perda de memória e de identidade, bem como conceitua Hartog.

Dominique Poulot (2009) apresenta uma definição para patrimônio que se aproxima do que Pierre Nora diz sobre memória.

O patrimônio não é o passado. Já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham. (POULOT, 2009, p.12).

Poulot não encerra dessa forma sua reflexão sobre patrimônio. Diz ainda que o termo pode ter conceitos concomitantes definidos “pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e na maioria das vezes, documental [...], enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo” (POULOT, 2009, p. 13), e que seu entendimento dependeria da “reflexão erudita e de uma vontade política” validados pela opinião pública. É ressaltado o poder de evocação que o termo *patrimônio* possui, parecendo ser tão múltiplo quanto à diversidade de aniversários e comemorações próprios da era atual. “O acúmulo de vestígios e restos revelados, conservados e aclimatados segundo práticas diversas, parece responder ao fluxo de produção contemporânea de artefatos.” (POULOT, 2009, p.13).

Vê-se em determinada parte do texto introdutório do autor citado um discurso aproximado ao de Reginaldo Gonçalves, por afirmar que a noção de patrimônio “é resultado de uma dialética da conservação e da destruição no âmago das formas ou dos estilos de heranças históricas que haviam sido adotados pelas sociedades ocidentais”. Poulot apresenta diversas ações que

determinam o conceito de patrimônio, incluindo a citação de Alphonse Dupront<sup>8</sup> sobre “modelagem humana do histórico”<sup>9</sup>, que seria um determinante para a invenção do patrimônio, por englobar esforços na manutenção da memória coletiva, no estabelecimento de modelos e na sobrevivência destes.

Trazendo para uma reflexão atual sobre o patrimônio brasileiro, buscou-se o que trata José Reginaldo Gonçalves (2002): uma abordagem antropológica sobre a relação entre patrimônio e identidade nacional. Gonçalves traça uma linha separando os usos do patrimônio feitos por dois grupos de profissionais distintos: os antropólogos e os historiadores, aos quais são atribuídas as atividades que se ocupam da elaboração de trabalhos descritivos e analíticos sobre grupos culturais; e os profissionais que lidam de forma prática com patrimônio cultural, que se utilizam de técnicas de colecionamento e de preservação de objetos com propósitos pedagógicos e políticos.

A prática do colecionamento é norteada por uma concepção moderna de História, firmada no processo inevitável de destruição de bens culturais, condenando o que restar ao apagamento ou à uniformidade. Na medida em que o “presente é narrado como uma situação de perda progressiva estrutura-se e legitimam-se” as práticas de preservação de bens patrimoniais representativos de um grupo ou categoria social (GONÇALVES, 2002, p. 23). A noção de apropriação como eixo central dos discursos do patrimônio é apresentada de modo a aproximar o termo ao sentido de preservação e identidade, visto que inscreve no plano das narrativas nacionais que uma nação afirma-se como tal ao apropriar-se de seu patrimônio (GONÇALVES, 2002, p. 24). Por sua vez, a noção de perda nos discursos sobre o patrimônio cultural é apresentada como sendo tudo aquilo que é rechaçado pelas práticas de apropriação.

Gonçalves analisa em seu texto a atuação de duas ilustres figuras da cultura brasileira: Rodrigo Melo Franco e Aloísio Magalhães, que estiveram à frente do órgão governamental ocupado com o patrimônio nacional em momentos singulares para a construção da identidade nacional. A concepção de “patrimônio cultural” de Aloísio Magalhães estaria alinhada à de Mario de Andrade, que se apresentava como mais democrática e plural, aproximando-se à narrativa presente sobre patrimônio. Aproveitando este gancho, Gonçalves apresenta o

---

<sup>8</sup> Dupront, Alphonse. L'Histoire après Freud. **Revue de l'Enseignement Supérieur**, 1968.

<sup>9</sup> Destaque do autor.

trabalho realizado pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que contribuiu para a solidificação da noção ampla de patrimônio, que ora abarcava também o artesanato, a história das tecnologias e da ciência no Brasil, as pesquisas socioculturais e o “levantamento de documentação sobre o Brasil”.

Partindo dessa perspectiva, podemos, hoje, inserir a documentação arquivística na categoria de patrimônio nacional. A crescente caracterização e a regulamentação de acervos arquivísticos no Brasil vêm sendo utilizadas como elemento consolidador da identidade nacional, atendendo também a propósitos políticos agregados à patrimonialização para preservação de bens culturais.

### *1.2.1 Registros e regulamentações: a busca pela preservação respaldada*

O Brasil possui legislação para a proteção de bens culturais, além de seguir orientações oferecidas por cartas, declarações e tratados, nacionais e internacionais. Possui também legislação específica para gestão e preservação de documentos arquivísticos, que abrange desde o recolhimento e o tratamento técnico até a disponibilização pública e a preservação, tanto do meio físico do documento quanto de seu conteúdo informacional em meios digitais. O compêndio publicado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONEARQ), em julho de 2013, reuniu 30 leis federais, 4 medidas provisórias, 51 decretos, 3 resoluções de conselhos de classe acerca de seus arquivos, 60 portarias de diversos órgãos federais, além de instruções normativas, leis estaduais e municipais. Neste trabalho, por se tratar da visão do documento como patrimônio, serão analisadas por ora as normas e regulamentações sobre preservação, em âmbito nacional e internacional; mais precisamente as cartas patrimoniais, balizadoras de muitas discussões sobre patrimônio.

A leitura das cartas patrimoniais foi realizada com o intuito de identificar recomendações sobre preservação de arquivos, procedimentos de conservação e restauração de documentos arquivísticos, e a permanência de marcas e vestígios, sejam essas marcas testemunhos da passagem do tempo ou de eventos outros. Dessa forma, foram identificados alguns pontos convergentes aos apresentados

nos seguintes documentos: Compromisso de Brasília (Brasil, 1970); Compromisso de Salvador (Brasil, 1971); Carta de Restauo (Itália, 1972); Carta de Burra (Austrália, 1980) e Declaração do México (México, 1985). Na sequência, serão apresentados os documentos em ordem cronológica, uma breve contextualização e suas abordagens sobre os temas Arquivo e Preservação.

O denominado Compromisso de Brasília é o documento produzido em abril de 1970, durante o 1º Encontro de Governadores de Estados, Secretários de Cultura, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Dos documentos sobre salvaguarda do patrimônio, este é o primeiro em que aparece literalmente a questão sobre a preservação de acervos arquivísticos. O texto final atribui aos estados e municípios a implantação de ações suplementares às conferidas ao Governo Federal, sob a orientação técnica do órgão responsável pela proteção ao patrimônio no país, que, à época da assinatura da carta, era o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Entre as recomendações apontadas pelo Compromisso de Brasília, as que se aproximam ao objetivo da pesquisa são destacadas a seguir: a criação de cursos, de nível básico ao superior, para formação de mão de obra que opere a preservação de bens culturais, como conservadores de obras de arte e documentos, e de arquivologistas; o incentivo à pesquisa nas universidades em acervos bibliográficos e arquivísticos; a defesa de acervos arquivísticos do risco de destruição, tendo por finalidade a preservação conveniente de seus documentos – e, para tanto, se contaria com a colaboração do Arquivo Nacional e de instituições congêneres, no âmbito do poder executivo municipal e estadual.

Durante o II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil – um ano após a assinatura do Compromisso de Brasília –, foi firmado o Compromisso de Salvador. O novo documento complementa o anterior com recomendações adicionais, como a criação do Ministério da Cultura, de Secretarias e fundações de âmbito regional. No que tange à questão dos arquivos, o documento recomenda que se pleiteie, junto ao Tribunal de Contas da União, uma porcentagem do Fundo de Participação de Estados e Municípios para arquivos com acervos de importância comprovada. É interessante observar nesse documento a relevância dada a determinada documentação para atender a uma demanda de momento. É solicitada, às administrações estaduais e municipais, a publicação de livros e

documentos referentes à Independência do Brasil, por ocasião de seu sesquicentenário. Não é diferente do que ocorre hoje com as discussões acerca da abertura dos arquivos da ditadura militar.

Na sequência cronológica, encontra-se a Carta de Restauro, documento produzido pelo Ministério da Instrução Pública do governo italiano, publicado por meio de circular no ano de 1972, com o objetivo de apresentar normas para procedimentos de conservação de monumentos e obras de arte na Itália. Contudo, a Carta de Restauro acabou sendo adotada por conservadores de diversos países, que buscavam bases teóricas para suas metodologias. Embora a abordagem seja feita sobre questões pertinentes à preservação de obras artísticas, alguns itens serviram de base para afirmações de procedimentos de conservação dos cartazes objetos desta pesquisa. No artigo 4º, o documento distingue os termos *salvuarda* e *restauração*, e os apresenta como atitudes opostas e sem intermediários. Por *salvuarda*, o documento aponta “qualquer medida de conservação que não implique em intervenção direta sobre a obra”; e por *restauração* entende-se “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos [...]”. Mais adiante, no artigo 6º, são feitas restrições sobre essas intervenções: “proíbem-se indistintamente [...] remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo.” (ITÁLIA, 1972).

A Carta de Burra é produto de encontro do *International Council of Monuments and Sites* (ICOMOS), ocorrido na Austrália, no ano de 1980. Embora elaborada para definir orientações sobre conservação, restauração e preservação de sítios e monumentos, algumas dessas orientações podem ser aproximadas à preservação dos documentos citados anteriormente. De modo diferente ao das recomendações anteriores, essa carta tem propósitos bem específicos e se apresenta em artigos. No artigo 1º, se definem todos os termos que serão citados no documento. Do 2º ao 10º artigo, são descritos os objetivos referentes à conservação, descrita, no artigo 1º, como “cuidados dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentam significação cultural”, e que pode implicar na preservação ou restauração do objeto. Sobre a conservação, destacam-se o artigo 3º – “A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente” –; e o artigo 6º – “As opções feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente

definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.”. Dois artigos posteriores, referentes à preservação, termo este que, no artigo 1º, é definido como “manutenção do estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”, também trazem embasamento à manutenção das marcas:

Artigo 11º - A preservação se impõe nos casos em que a própria substância do bem, no estado em que se encontra, oferece testemunho de uma significação cultural específica, assim como nos casos em que há insuficiência de dados que permitam realizar a conservação de outra forma.

Artigo 12º - A preservação se limita à proteção, à manutenção e a eventual estabilização da substância existente. Não serão admitidas técnicas que destruam a significação cultural do bem. (Conselho Internacional de Monumento e Sítios, 1980).

O texto da Declaração do México, datada de 1985, e resultante da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais organizada pelo ICOMOS, expressa uma preocupação contemporânea. O documento propõe a discussão sobre cultura como identidade, como dimensão basilar do processo de desenvolvimento nacional, ao relacionar cultura à educação, ciência e comunicação, e ao fazer recomendações para uma cooperação cultural internacional. O texto apresenta os arquivos, aqui entendidos como lugares de guarda, como um dos itens representativos do patrimônio cultural de um povo. Cita, ainda, a preservação como meio de defesa da cultura de um grupo, a livre circulação e difusão mais ampla e equilibrada da informação como direito das nações.

Vale notar que os textos são todos da década de 1970 em diante, tendo em vista que as cartas patrimoniais mais antigas datam da década de 1930. Diante do que foi analisado, vê-se que acervo arquivístico, ou simplesmente arquivo, é entendido como patrimônio, embora não tenha sido contemplado ainda com um documento que descreva algum tipo de recomendação específica para sua preservação. Para tanto, a solução é adequar o que se sugere para objetos correlatos, ou seja, bens culturais móveis de valor histórico. Dessa forma, é possível cuidar da permanência desses objetos para que continuem sendo suportes de informação e construtores de memórias.

Com foco no documento como patrimônio, é interessante mencionar o texto de abertura do catálogo da exposição “Arquivos do Brasil: Memória do Mundo”, no qual Joie Springer, a representante da UNESCO para o Programa

Memória do Mundo, descreveu como propósito do programa a proteção de todas as formas do patrimônio documental produzidas e acumuladas pela humanidade, tanto do que foi criado para registrar o triunfo, quanto das mazelas sofridas pelo homem. A afirmativa está de acordo com Nora, quando discorre sobre “superstição e respeito pelo vestígio”; e também com o que diz Hartog (2006, p. 266) sobre o “dever” de memória, um misto de remorso coletivo e “ardente obrigação” de conservar, reabilitar e comemorar o patrimônio; e vai de encontro ao que Le Goff diz sobre a acumulação de documentos:

De fato o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (LE GOFF, 1990, p. 535).

François Hartog atribui ao patrimônio na atualidade uma condição universal e hegemônica diante da vida cultural e das políticas públicas de estado, e menciona as iniciativas e as convenções adotadas e difundidas pela UNESCO como um retrato dessa situação (HARTOG, 2006, p. 265).

O Programa Memória do Mundo é uma dessas iniciativas, cujo objetivo é a salvaguarda e a difusão de acervos bibliográficos e arquivísticos por todo o mundo. O programa consiste na inserção de um conjunto documental no Registro Internacional de Patrimônio Documental da UNESCO, que pode ser considerado de valor regional, nacional ou internacional, equivalente ao registro de lugares considerados de valor histórico e artístico, incluídos na lista do Patrimônio Mundial. O programa opera desde 1992 e se organiza em comitês regionais, sendo o Brasil integrante do Comitê Regional para a América Latina e Caribe, e recebe periodicamente inscrições de acervos que são submetidos à avaliação de um comitê internacional. Com a inscrição de um acervo no programa, é esperada maior visibilidade ao conjunto registrado e, como consequência, o comprometimento das instituições de custódia com ações de preservação e divulgação do conjunto documental.

No ano de 2007, a documentação do Fundo Polícias Políticas do Estado do Rio de Janeiro, integrante do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, foi inscrita no Registro do Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO, fato oficializado na Portaria nº 60, de 31 de outubro de

2007, do Ministério da Cultura. Em 2011, foi a vez de o Projeto Memórias Reveladas ser aprovado pelo Comitê Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo. Portanto, a documentação analisada neste projeto de pesquisa pertence a um grupo de documentos declarados como patrimônio histórico, cultural e, por que não, político e social.

A Constituição Federal de 1988 traz, no artigo 216, definições sobre patrimônio, e documentos textuais estão incluídos no seguinte tópico:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais (BRASIL, 1988).

Ainda no artigo 216, §5º, o Estado apresenta os mecanismos dispostos para a proteção e a difusão do patrimônio cultural, e são declarados como tombados apenas “os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.” (BRASIL, 1988).

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Como visto, apenas um tipo de documento é apresentado como tombado pela Carta Magna. Na legislação atual, o tombamento é o mecanismo oficial do país pelo qual um bem pode ser considerado patrimônio nacional. Entretanto, o tombamento desses documentos serve como precedente para que outros acervos solicitem esse tipo de ação.

No Decreto Estadual nº 44.131, de 21 de março de 2013, ficou estabelecido o reconhecimento dos conjuntos de documentos relacionados ao



período do regime de ditadura militar no Brasil, que estejam sob a custódia do APERJ, como documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância. O decreto vem ratificar a Lei Federal nº 12.527, de 2011, que regulamenta o acesso a informações no país. A legislação recente sobre arquivos colabora com a solidificação do conceito de patrimônio para documentos arquivísticos; porém, ainda é claudicante quando o assunto é abertura “ampla, geral e irrestrita” dos arquivos das instituições militares.

É nesse cenário que se insere o presente trabalho, e para o qual pretende contribuir: o reconhecimento da documentação arquivística como patrimônio e como elemento construtor e afirmador da cidadania, portador de memórias próprias e alheias, superando seus atributos de prova e de certificação de fatos.

## **2 CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS: PARADIGMAS DE PRESERVAÇÃO**

O primeiro capítulo teve como foco a memória e a patrimonialização de bens culturais, enfatizando as questões relativas ao patrimônio arquivístico. A sobrevivência da memória, por sua vez, depende de sua transmissão e, em se tratando de suportes tangíveis de memória, essa transmissão depende, necessariamente, de sua permanência. A salvaguarda desses suportes passa a fazer parte de um campo de atuação que já não pertence apenas aos cientistas da História. Entram em cena as instituições de guarda com seus arquivistas, bibliotecários, museólogos e os conservadores restauradores. O presente capítulo, portanto, tratará dos aspectos relacionados à preservação dos documentos analisados neste trabalho, desde a formação dos acervos pela polícia, até os critérios de conservação adotados pela instituição que os abriga atualmente.

### **2.1 Conhecendo a trajetória dos arquivos das polícias políticas**

A instituição em tela, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, tem seu acervo, como já citado anteriormente, constituído de documentação produzida pelo poder Executivo do estado do Rio de Janeiro e, por herança, possui também a documentação das polícias políticas do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Assim como o acervo do Rio de Janeiro, os acervos arquivísticos produzidos pelas polícias políticas – existentes hoje sob custódia de instituições públicas por todo o país – devem ser considerados como importantes fontes primárias para as pesquisas que se propõem a revelar e a contar parte da memória da atuação política do cidadão brasileiro. Isso se deve ao fato de as polícias políticas terem desempenhado o papel de aparelho repressor do Estado, cuja função principal era o controle do indivíduo.

A historiadora e colaboradora do Arquivo do Estado de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro, em artigo publicado em 2007, destaca a relevância do uso dos acervos das polícias políticas, sobretudo após o tratamento e a abertura desses arquivos para pesquisa. A leitura desses documentos proporciona não só o

conhecimento a respeito de como operava o mecanismo da repressão, como também das ações daqueles que foram declarados fora do padrão político e que resistiram ao autoritarismo, mantendo seus discursos mesmo nos momentos de maior coação.

A pesquisa sobre o histórico das polícias políticas possibilitou traçar uma breve trajetória dessas instituições no país, e, principalmente, no estado do Rio de Janeiro e no extinto estado da Guanabara. Dessa forma, podem ser percebidos os caminhos tortuosos que esses documentos tiveram que percorrer até chegarem à categoria de objetos memoráveis e de valor histórico.

Na esfera nacional, a vigilância das atividades políticas da sociedade se deu com a criação, em 1907, do Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil. Este foi o primeiro órgão de repressão a crimes de competência política utilizado pelo governo. A Inspetoria de Investigações e Segurança Pública – criada em 1920 para manter a segurança interna da República – possuía como atribuições os serviços de prevenção, investigação, vigilância e proteção aos direitos individuais e manutenção da ordem pública. Havia, entre suas oito seções, a seção de Ordem Social e Segurança Pública cuja competência era a de

velar pela existencia politica e segurança interna da Republica, attender por todos os meios preventivos á manutenção da ordem garantir o livre exercicio dos direitos individuaes, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a maxima vigilancia contra quaesquer manifestações ou modalidades do anarchismo violento e agir com solicitude para os fins da media de expulsão de estrangeiros perigosos.(RIO DE JANEIRO, 1931).

A Inspetoria foi extinta em 1922, sendo substituída pela 4ª Delegacia Auxiliar. Esta delegacia herdou as seções da instituição anterior, havendo a mudança do nome da seção de Ordem Social e Segurança Pública para Seção de Ordem Política e Social, cujo intuito primário era controlar as recém-surgidas associações anarquistas e comunistas que incentivavam as organizações e associações operárias no Brasil. Durante a Revolução de 1930, parte da documentação produzida e arquivada pela 4ª Delegacia foi destruída, quando da invasão ao edifício da Polícia.

Com o início da Era Vargas (1930), o controle sobre atividades políticas que expressavam oposição ao governo passou a ser maior, e o Estado se preocupava ainda mais com as organizações camponesas, operárias e comunistas,

que cresciam amplamente, agregando cada vez mais simpatizantes. A Seção de Ordem Política e Social da 4ª Delegacia Auxiliar foi transformada em Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS) no ano de 1933, “atendendo à necessidade de dar maior eficiência ao serviço policial do Distrito Federal” (Decreto nº 22.332, de 10 de janeiro de 1933). Como seções principais da DESPS estavam as de Ordem Política, e de Ordem Social.

A extinção da DESPS se deu em 1944, quando a criação de um novo órgão foi instituída: a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), vinculada ao novo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) que, por sua vez, era subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A DPS possuía como atividade básica a repressão das atividades do Partido Comunista e de seus militantes, bem como a vigilância sobre as lideranças dos partidos que atuavam legalmente no país. Com a Segunda Guerra Mundial, a DPS passou a se ocupar, além das organizações nacionais, com os estrangeiros que chegavam ao Brasil, com atenção à entrada de ativistas comunistas.

Nos dois anos seguintes, por força de decretos-lei, ocorreram mudanças na instituição, e, a cada nova legislação, novas atribuições de caráter político eram agregadas às funções da delegacia. Em 1946, o regimento do Departamento Federal de Segurança Pública é aprovado, e como função das Seções de Policiamento Marítimo, Aéreo, Fluvial e Portuário (SPM) está a manutenção atualizada e a catalogação de fichário de capturas recomendadas; fichário de pessoas que interessam à DFSP; fichário e galeria de indivíduos expulsos do território nacional e dos reconhecidos como nocivos à ordem pública e aos interesses do país (BRASIL, 1946).

Embora tivesse havido a mudança da capital federal para Brasília, na década de 1960, toda a documentação produzida pelo DESPS e pelo DPS permaneceu no novo Estado da Guanabara. Dois anos após, por meio da Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962, foi criado o Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS-GB). Algumas das atribuições do DFSP e da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) continuaram sendo exercidas pelo novo órgão. Em julho de 1963, o DOPS-GB tem sua estrutura administrativa regulamentada, e, entre suas divisões, havia os Serviços de Operações, com as seções de Atividades Antidemocráticas, Atividades Estrangeiras e de Ordem

Pública; Divisão de Investigações, Fiscalização de Armas e Explosivos e o Técnico; além das Seções de Diligências Especiais e de Administração.

Além das atividades de investigação e de repressão das organizações sindicais, de intelectuais e de estudantes, e de auxílio à estruturação de órgãos de polícia política de outros estados, o DOPS executava, ainda, serviços de emissão de vistos para o exterior, passaportes e certidão negativa de antecedentes políticos.

A estrutura do DOPS, durante toda a sua existência, passou por diversas reformulações. Contudo, a lógica da desconfiança sempre foi a mola propulsora da instituição, dadas as diversas seções e divisões que possuiu: Serviço de Operações e, posteriormente, Divisão de Operações; Serviço de Investigações; Divisão de Informações; Serviços de Buscas; Divulgação e Operações Especiais; Seção de Buscas Especiais; Seção de Buscas Ostensivas; Seção de Controle de Tumultos; Serviço (transformado posteriormente em Divisão) de Fiscalização de Armas e Explosivos, entre outros.

Em fevereiro de 1973, o então governador Chagas Freitas decreta a mudança do nome de Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para Departamento Geral de Ordem Política e Social (DGOPS), cujas atividades foram encerradas em março de 1975, e os seus arquivos foram herdados pelo Departamento Geral de investigações Especiais (DGIE), criado no contexto da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro.

O Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) foi o último órgão do período ditatorial cuja função era a de polícia política. Permaneceu ativo de 1975 a 1983, sendo extinto com o fim da Ditadura Militar. Segundo o guia de fundos do APERJ, o acervo remanescente do DGIE, constituía um arquivo inativo e não possuía instrumento de recuperação<sup>10</sup>. Há propostas para se realizar tratamento técnico do fundo para disponibilizá-lo com maior agilidade ao pesquisador.

Como legado das instituições anteriores, o DGIE foi guardião dos arquivos de todas as instituições de polícia política que atuaram no Rio de Janeiro. Os documentos que atravessaram décadas até chegar aos arquivos do DGIE passaram por uma triagem durante as atividades deste departamento que compreendeu avaliação e eliminação de itens, não sendo possível avaliar o nível de intervenção feito na documentação. Com o fim do DGIE, toda a produção

---

<sup>10</sup> Este acervo não foi tratado arquivisticamente, não possui um guia, um índice, ou qualquer outro material que facilite a pesquisa dos documentos.

documental remanescente deste departamento e das demais delegacias que a precederam passou a ser custodiada pela Polícia Federal, sendo recolhida em 1992, de acordo com a Lei n.º 2.027, para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

## **2.2 O ingresso ao APERJ dos acervos das polícias políticas**

Os documentos produzidos pelas polícias políticas que chegaram até os nossos dias compõem cinco fundos do acervo APERJ, a saber: Polícias Políticas, DESPS, DPS, DOPS RJ e DOPS GB. São contabilizados mais de 600 metros lineares de documentos, que reúnem dossiês, prontuários, pastas, fichas de identificação e códices, datados desde a década de 1920 até 1983.

Os cartazes estudados nesta pesquisa fazem parte do Fundo Polícias Políticas, acervo este constituído por 120 mil prontuários, 3 mil pastas subdivididas em setores temáticos, cerca de 2 milhões de fichas de identificação e centenas de códices, além de 50 mil fotografias, aproximadamente. Os documentos que compõem este fundo faziam parte do arquivo ativo do DGIE, e também passaram pela triagem feita por este departamento, antes de seu recolhimento pela Polícia Federal.

Quanto a sua organização, os órgãos de polícia política que se sucederam, herdando os acervos das instituições anteriores, mantinham ou reaproveitavam a numeração dos antigos prontuários. É sabido que aconteceram transcrições de documentos e que nem todos os prontuários de presos ou fichados foram recolhidos ao arquivo. A organização por setores temáticos sofreu alterações, pois se tem notícia de alguns setores que não aparecem no guia de fundos do APERJ, como os setores “São Paulo por Dentro”, “Navais”, “Aéreos” e o setor “Levantamento de Dados de Arquivo”. Os fundos encontram-se ainda organizados da mesma maneira como a Polícia o fez, no período de sua constituição.

A subdivisão temática existente no Fundo Polícias Políticas permanece. Os documentos encontram-se organizados em pastas (dossiês) que, por sua vez, são agrupadas por setores. São 58 setores no total, entre os quais se destacam: Aliança Nacional Libertadora, Partido Comunista, Ação Integralista Brasileira, Organizações da Esquerda Armada, Partidos Políticos, Sindicatos, Estudantil, Eleições e Greves.

Essa documentação possuía acesso restrito, ou seja, sua consulta era condicionada à autorização prévia da Assessoria Jurídica do APERJ, até o ano de 2013, quando o Decreto Estadual nº 44.131, de 21 de março de 2013, e a Portaria APERJ nº 09, de 18 de abril de 2013 dispuseram sobre a consulta irrestrita à documentação das polícias políticas.

## **2.3 Enfim, documentos a preservar**

Elevados à categoria de documentos arquivísticos permanentes, os acervos das polícias políticas ingressam no grupo de objetos passíveis de intervenções de preservação. Adentra-se no campo da preservação de bens culturais, em que esses documentos superam a função de registro e atingem o *status* de símbolo, testemunho, vestígio. Faz-se necessário o esforço humano para que esses objetos permaneçam, sobrevivam às nossas existências, para que contem algo no futuro.

A preservação de bens culturais é hoje a área de conhecimentos multidisciplinares que abarca as Ciências humanas e naturais, cuja finalidade é a conservação do patrimônio cultural representativo de um grupo, e que envolve desde o monitoramento do ambiente em que se encontra o acervo de bens, até o tratamento individual de um objeto com a finalidade de se recuperar sua integridade.

A ideia da preservação como um “guarda-chuva” que abriga sob si a conservação e a restauração é bastante utilizada para se exemplificar a abrangência das ações preservacionistas. Para que sejam tomadas decisões sobre a conservação ou restauração de um determinado acervo ou objeto, o conservador restaurador deve ter conhecimentos sobre o histórico do objeto, o seu tipo de material constituinte, as condições ambientais às quais o acervo ou objeto esteve submetido, e quais as funções exercidas por ele. É sobre esse meio de preservação que tratará o item a seguir.

### *2.3.1 Preservação sob o ponto de vista teórico*

A revisão bibliográfica sobre as teorias de preservação de bens culturais mostra que a primeira preocupação acerca do tema esteve voltada para as ações de restauração, mais especificamente a restauração arquitetônica. Os primeiros teóricos, ainda no século XIX, se serviram de exemplos de trabalhos de recuperação de edificações para dissertarem sobre quais seriam as atitudes mais acertadas para a preservação de monumentos. Contudo, observa-se, em alguns desses textos, alguma preocupação com a estatuária e com pinturas (VIOLLET-LE-DUC, 2000; BOITO, 2002).

A variedade de tipos de objetos passíveis de patrimonialização e, conseqüentemente, de preservação observados na atualidade deixa aparente a carência de bibliografia que atenda a essa diversidade. No entanto, apesar de essas teorias contemplarem arquitetura, pintura e escultura, ainda hoje são elas as utilizadas como base para a solução de problemas relacionados à preservação dos diversos tipos de bens culturais existentes.

Para o presente estudo, foram revisitados alguns teóricos da restauração, desde os oitocentistas Viollet-Le-Duc (2000) e John Ruskin (2008), até o contemporâneo Salvador Muñoz Viñas (2003; 2005; 2010). A intenção desta pesquisa foi a de encontrar nessas teorias os conceitos que se aproximam dos temas aqui abordados: a manutenção de marcas como elementos do objeto a ser preservado, e a conservação de documentos arquivísticos.

Os objetos analisados neste trabalho são dois cartazes manuscritos produzidos por estudantes secundaristas da cidade do Rio de Janeiro e que integram o acervo APERJ. São cartolinas (originalmente brancas, e atualmente amareladas pelo envelhecimento do suporte) escritas provavelmente com giz de cera de cor vermelha em apenas um dos lados. Os cartazes foram confeccionados para transmitirem uma informação simples e objetiva, em frases curtas, com palavras de ordem, e, no contexto no qual foram criados, desempenharam com eficiência sua função, suscitando uma reação da polícia que terminou na apreensão destes.

O motivo pelo qual se destacam dos demais cartazes existentes no acervo são as marcas presentes em sua superfície, que nos mostram esfoliações e impressões provocadas por solas de calçados diversos e marcas de pedras portuguesas, comumente utilizadas na pavimentação das vias de pedestres na cidade do Rio de Janeiro. Em presença da contextualização do documento, a



observação dessas marcas induz quase que instantaneamente a uma especulação: esses cartazes teriam sido usados em alguma manifestação estudantil? Teriam sido derrubados ao chão e pisoteados? E por qual motivo foram recolhidos e arquivados?

As marcas encontradas nos cartazes remetem primeiramente a sujidades, nomenclatura utilizada pelos conservadores restauradores para denominar particulados diversos depositados na superfície de objetos, que interferem esteticamente a compreensão destes, e, ainda, podem provocar a sua deterioração. Em se tratando de sujidades superficiais, o procedimento de higienização mecânica seria o suficiente para solucionar o problema.

A higienização mecânica de um documento ou obra de arte cujo suporte é o papel consiste na remoção das sujidades superficiais por meio do uso de: trinchas macias, para uma varredura de partículas depositadas sobre o suporte; borracha em forma de grânulos, comumente chamados de pó de borracha, borracha em forma de esponja; e bisturi de uso cirúrgico. A borracha pode ser de matéria vinílica ou de látex, sendo escolhida conforme a natureza do suporte e a intensidade da sujidade. O uso do bisturi se faz necessário quando há a necessidade de remoção de sujidades mais aderidas e não eliminadas pela borracha. Os autores que tratam em seus textos sobre as práticas da conservação descrevem uma série de observações a serem feitas antes que se proceda, de fato, a higienização. A fragilidade do papel – seja ela própria do tipo de papel em questão, como um papel de baixa gramatura<sup>11</sup> ou que já tenha sofrido acidente com água ou ataque fúngico – é parte das observações citadas por Cassares (2000). Outras ressalvas a serem feitas são quanto às técnicas gráficas ou pictóricas, que podem sofrer alteração com esse procedimento.

Contudo, em uma observação mais cuidadosa, pode-se perceber formas nas ditas sujidades dos cartazes: marcas de sapatos e das pedras portuguesas. Diante dessa percepção, a ideia de pátina surge como um conceito que pode auxiliar na busca de uma linha de ação para a preservação dessas marcas.

O tempo transcorrido entre a produção de uma obra de arte e a sua apreciação no tempo presente não deve ser ignorado a ponto de que os sinais desse percurso, a pátina do tempo, sejam depreciados. Paul Philippot conceitua

---

<sup>11</sup> Gramatura do papel é a característica que define o peso e, por vezes, conforme a matéria-prima de fabricação, a espessura e a resistência do papel quanto a determinados procedimentos. Uma folha de 12 g/m<sup>2</sup> será um papel mais fino e menos resistente ao atrito de uma borracha do que uma folha de papel de 65 g/m<sup>2</sup>.

pátina como o “efeito ‘normal’ do tempo sobre a matéria” (PHILIPPOT, 1996 p. 373). Para o autor, é necessário que seja feita uma análise crítica da “degradação”, e que se avalie a obra a ser restaurada além da sua materialidade, pois a eliminação da pátina significaria a redução da obra à sua matéria, “aos seus dados materiais” (PHILIPPOT, 1996, p.373). A pátina seria um atributo da obra de arte.

Para Ruskin (2008), a pátina é a “mancha dourada do tempo” que revela a “verdadeira luz, a cor e o valor de uma arquitetura” (RUSKIN, 2008, p.68). Assim como Paul Philippot, Ruskin admite que a pátina faz parte do bem e deve ser considerado como tal, e que o bem só adquire notoriedade após ter sobre a sua superfície as marcas deixadas pela glória de ter resistido e edificado por anos e anos.

Para Brandi (1971, p.33), a conceituação de pátina é “a própria sedimentação do tempo sobre a obra”, que deve ser analisada caso a caso, no que tange à restauração de um objeto, mesmo que a instância estética seja a prevalecente. A simples eliminação da pátina não deve ser cogitada de imediato, pois poderia vir a interferir no entendimento da obra em um aspecto global.

Embora o que se tenha visto sobre pátina se traduza em um consenso sobre o respeito por sua presença e a avaliação crítica de sua manutenção diante do que Brandi chama de instância estética, deve ser lembrado que o objeto foco desta pesquisa é um documento arquivístico, que tem sua instância histórica como orientadora para qualquer intervenção em seu suporte. Além disso, o uso atual desses documentos auxilia a narrativa de fatos e a consolidação de memórias em relação às quais essas marcas representam papel fundamental para sua compreensão e para a promoção de discussões.

A questão sobre a manutenção específica das marcas dos cartazes foi respondida prontamente e de forma natural pela equipe que tratou a documentação: elas serão mantidas, pois fazem parte do documento. Mas, se toda sujidade sobre um documento pertence a ele também, então por que, via de regra, sujidades são eliminadas, e estas não o serão? A resposta para essa pergunta Brandi já preconizou, e se trata de uma máxima da restauração: cada caso é um caso.

Os cartazes fazem parte de um conjunto documental com um denso histórico de sua composição e eles por si já carregam um simbolismo que confere a eles uma dimensão diferente dos demais. Os conceitos simples de sujidade e pátina já não cabem a esses documentos. As sensações e reflexões provocadas pela

observação dessas marcas aproximam os cartazes à ideia de semióforo, de Krzysztoff Pomian (1984), trazida por Marilena Chauí (2000), para quem semióforo é apresentado como algo

cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica, por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível, [...] o presente e o passado, [...] é algo único (por isso dotado de aura) e uma significação simbólica dotada de sentido para uma coletividade. [...] é dotado de valor sacral e político, mas não de valor de uso. (CHAUÍ, 2000, p.117).

O conceito de semióforo seria precursor do conceito de patrimônio que, ao dotar o objeto “de poder e prestígio”, faz com que este passe a ser disputado pelas instituições dominantes. “É nessa disputa de prestígio, poder e riqueza que o Estado inventa a ideia de *patrimônio cultural da nação* [...] (CHAUÍ, 2000, p.119)”, e, por conseguinte, a ideia de nação que traz a reboque os semióforos nacionais e o patrimônio cultural com suas instituições de salvaguarda, conservação e exposição.

Isto posto, ao se perceber nos cartazes significados que transcendem a sua função primária de comunicar uma informação grafada em sua superfície, poderiam então esses cartazes do movimento estudantil serem considerados como semióforos? Quais significados teriam essas marcas? Como tratar essas marcas presentes em suas superfícies? Em quais bases teóricas estariam apoiadas as decisões de manter essas marcas? Por todos esses questionamentos postos em jogo, dá-se continuidade à análise das teorias de conservação.

Tentando atender ao último questionamento feito, e por se tratar da necessidade de se proceder um trabalho pontual, mas de mínima intervenção, buscou-se, nas teorias clássicas, as definições para o trabalho de restauração e, posteriormente, de conservação.

O verbete sobre restauração descrito por Le Duc, no “Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française”, escrito entre os anos de 1854 e 1868, descreve dessa forma o trabalho do restaurador: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.” (VIOLLET-LE-DUC, 2000). E, para tal, seria necessário um profundo conhecimento da história do monumento para que a restauração fosse fiel (ou superior) ao original. Esse conceito de intervenção foi totalmente descartado para este trabalho, pois, de forma alguma, serviria como base

para as decisões tomadas. Trata-se de um conceito superado, que não atende as demandas contemporâneas de preservação de bens culturais.

Camilo Boito (2002) fez oposição aos métodos e conceitos proferidos por Violet Le Duc. Antes de falar de restauração, enfatiza que a conservação deve ser a ação prioritária para a manutenção de um bem. Em comunicação proferida em 1884, distingue conservação e restauração, entendendo ser a restauração uma intervenção destrutiva.

Mas aqui não se discorre sobre conservação, que aliás é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra; e o meu discurso é dirigido não mais aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos (BOITO, 2002, p.37).

A manutenção das obras escultóricas antigas da forma em que foram encontradas, na época das grandes escavações do início do século XIX, é defendida de forma veemente por Boito, com suas perdas e mutilações. A complementação ou o acréscimo da parte perdida não seria nada além de uma interpretação subjetiva do artista que a completara, incorrendo em um erro. Aceitar uma obra de arte ou edificação no estado atual, sem interferências estéticas de restauração é um conceito apresentado por Boito e que se aproveita para os cartazes: se fossem eliminadas suas marcas com a finalidade de melhorar a aparência estética destes, estaria caracterizada uma falsificação histórica.

A memória do patrimônio a ser preservado é considerada como essencial nos escritos de John Ruskin, que também se opunha fervorosamente ao trabalho de restauração. Assim como considerava Boito, para Ruskin, a conservação seria um dever para com o patrimônio (em seus exemplos, as edificações), e deveria prestar-se a solucionar problemas imediatos que pudessem acarretar perdas. A restauração de um edifício representaria a destruição da qual não se salvaria nenhum vestígio da passagem do tempo; por conseguinte, seria deixada à mostra a representação falsa daquilo que se destruiu. Ruskin acreditava que a edificação deveria mostrar-se com suas marcas, com sua idade, chamando de *beleza acessória* essas evidências da passagem do tempo e que seriam incompatíveis “com a preservação do caráter

original [da obra]” exigida na restauração, pois essa *beleza acessória* seria o que os restauradores chamam de deterioração (RUSKIN, 2013, p.77).

Zelee por um edifício antigo com ansioso desvelo; [...] amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-o com escoras onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória. (RUSKIN, 2013, p. 82).

Ruskin compara um edifício a um corpo humano, deixando claro que o edifício deve ser considerado um organismo vivo, e que deve ser conservado, respeitando-se suas marcas, até que, um dia, perecerá.

Saltando para o século XX, chega-se à teoria da restauração de Cesare Brandi (1971), na qual são encontrados conceitos que começam a se aproximar das necessidades de embasamento teórico para sustentar a decisão por manter as marcas dos cartazes. Tais conceitos são aproximados no sentido de esta teoria tratar de restauração de pinturas – representações de imagens sobre plano bidimensional, características apresentadas pelos cartazes.

Considerar que o objeto a ser restaurado seja o condicionante do trabalho de restauração é um dos preceitos da teoria de Brandi. A obra deve ser “ouvida”, avaliada, de modo que sua plasticidade e sua historicidade sejam levadas em consideração no momento de se decidir por um procedimento. “A restauração constitui o momento metodológico de reconhecimento da obra de arte, em sua consistência física e sua dupla polaridade estética e histórica, na ordem de sua transmissão ao futuro.” (BRANDI, 1971, p. 15).

O material constituinte da obra de arte é analisado como prioridade no tratamento de restauração, pois representa “o lugar da manifestação da imagem”; e a restauração estaria restrita apenas a esse nível: “se restaura só a matéria da obra de arte” (BRANDI, 1971, p. 16) – este é o primeiro de dois axiomas apresentados por Brandi. Mas, ao se analisar esse axioma lançado por Brandi, poderia ser aberto um precedente para a remoção das marcas da superfície dos objetos a serem restaurados. Contudo, o autor dispara seu segundo axioma:

a restauração deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer

uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar marca alguma do percurso da obra de arte através do tempo. (BRANDI, 1971, p.17).

As marcas presentes nos cartazes não se configuram como simples manchas disformes, sujeira ou intervenção. Nelas podemos identificar a impressão da textura de solados de calçados de diferentes desenhos, além dos contornos das pedras portuguesas usadas em revestimento de pisos de vias públicas na cidade do Rio de Janeiro. Essas marcas agregaram dados que hoje são considerados como informações contidas nesses documentos, tais que poderiam ser comparadas a acréscimos feitos em pinturas ao longo do tempo, aos quais Brandi se refere como adições. E, a respeito dessas adições, Brandi discorre sobre a dificuldade que é a decisão sobre sua manutenção ou eliminação, alertando para a necessidade de se analisar o acréscimo sob o ponto de vista histórico.

Do ponto de vista histórico, as adições sofridas por uma obra de arte não são nada mais do que novos testemunhos do fazer humano e, portanto, da história; nesse sentido a adição não se diferencia do núcleo originário e tem o mesmo direito de ser conservado. Do contrário, sua eliminação, embora seja também resultado de uma atuação, e como tal se insere igualmente na história, na realidade destrói um documento e não se documenta a si mesmo, o que conduziria a negação e destruição de um acontecimento histórico e a falsificação de um dado. Isto implica que historicamente só é legítima a conservação do acréscimo, enquanto sua eliminação deve sempre ser justificada, e em todo caso ser realizada de tal forma a deixar vestígios na obra. (BRANDI, 1971 p.39).

As teorias mais recentes sobre preservação aqui estudadas foram escritas, já no século XXI, por Salvador Muñoz Viñas, que fez uma profunda análise sobre as chamadas teorias clássicas. A motivação principal que levou o autor a produzir dois livros sobre teoria contemporânea da restauração (2003) e da conservação (2005) foi a sua observação quanto ao distanciamento notado entre o que pregam essas teorias ditas clássicas e o que de fato acontece no cotidiano de um laboratório de conservação.

Em sua primeira publicação sobre conservação-restauração (o autor usa o termo *Restauração*, com maiúscula, para tratar de conservação-restauração; e *restauração*, para a atividade distinta da conservação ou para as demais atividades de preservação), a partir de estudos contemporâneos sobre o tema, o autor não se mantém restrito a um ou dois tipos de bens patrimoniais. Além da preservação de obras de arte, o autor analisa a preservação dos objetos chamados antiguidades,

simbólicos, objetos históricos e até bens culturais intangíveis. Ao considerar a carga simbólica dos cartazes do movimento estudantil, buscou-se primeiro em Viñas a análise da preservação de objetos simbólicos.

A preservação de objetos simbólicos parte do princípio de que o tratamento é feito respeitando-se a função do objeto, mesmo que seja uma caracterização subjetiva atribuída ao objeto. Seriam objetos que remetem a algo, significam alguma coisa e sobre os quais são depositados valores que “correspondem a sentimentos, crenças e ideologias, aspectos imateriais da realidade” (VIÑAS, 2003, p.40). Para tanto, são destacadas quatro características que um objeto simbólico deve possuir: intensidade simbólica do objeto; os mecanismos simbólicos por meio dos quais os objetos são identificados como signo; a natureza dos conceitos simbólicos, que podem ser valores da alta cultura, valores representativos de um grupo, valores ideológicos e sentimentais; e a alteração da função original para a função simbólica, que pode, inclusive, mudar as funções intangíveis originais do objeto.

Mas, para além da carga simbólica portada pelos cartazes, há também um valor documental presente nesses objetos. Embora Viñas não considere documentos arquivísticos como dotados de valor simbólico, estes documentos possuem outro tipo de valor, atribuído por um grupo reduzido de pessoas que faz uso destes como fontes primárias para a produção de conhecimento, ampliando, dessa forma, o potencial de alcance desses objetos. Esse dado já seria suficiente para considerá-los objetos passíveis de conservação. Portanto, os cartazes do movimento estudantil, com suas marcas diversas, vestígios de diferentes tipos de atividade humana, são objetos de Restauração, como Viñas afirma, e que precisam ser “ouvidos”, suas memórias precisam ser respeitadas e, em se mantendo essas marcas, não se perderá em nada de sua compreensão como documento; muito pelo contrário, as marcas conferem aos cartazes uma dimensão distinta daquela para a qual foram criados.

Os princípios éticos da contemporaneidade não pretendem mudar tudo o que se sabe sobre conservação. A única proposta de fato é que se mude o foco da conservação para quem fará uso do objeto conservado, e não mais para o objeto em si (VIÑAS, 2005, p. 255). A conclusão a que chega o autor é a de que a teoria contemporânea da conservação mostra a atual necessidade de se levar em consideração os usos e a significância dos objetos para o grupo ao qual ele

pertence, em detrimento dos fundamentos e das técnicas científicas da conservação.

Prever as alterações químicas em uma obra de arte, por exemplo, é perfeitamente válido, mas na conservação é muito mais importante prever como as pessoas serão afetadas por um processo de conservação. Alocação de recursos para determinar como se dará o envelhecimento de um monômero de celulose é socialmente aceitável, pois afeta as pessoas; por exemplo, saber se a substituição de grupos de hidroxilas na celobiose (hidrólise da celulose) terá efeito sobre a resistência à tração e a dobra de uma folha de papel, o que pode comprometer sua integridade, e que por sua vez, deverá afetar o usuário dessa folha em seu valor intangível, simbólico. A intenção principal da conservação não é conservar o papel, mas manter ou melhorar o significado que este possui para as pessoas. [...] A conservação é um meio e não um fim em si mesmo. É uma forma de manter e reforçar o significado de um objeto; é ainda um meio de expressar apreço por aquilo que o objeto simboliza. (VIÑAS, 2005, p. 228).

A partir desta afirmação conclui-se que a memória a qual um objeto porta ou na qual o objeto está inserido, deve ser considerada no momento da intervenção de preservação.

## **2.4 A metodologia de preservação adotada pelo APERJ**

Em meio a documentos burocráticos produzidos, apreendidos e acumulados pela polícia política no acervo APERJ, sob a identificação “Setor Estudantil”<sup>12</sup>, alguns objetos se destacam dos demais. São cartazes que tiveram como funções primárias comunicar ou convocar assembleias, greves, shows de música, etc.

O primeiro contato com os cartazes desse conjunto foi feito durante o tratamento de conservação dos documentos do Setor Estudantil. Durante o diagnóstico preliminar por amostragem, antes do tratamento iniciado, poucos cartazes foram manuseados, o que não propiciou uma informação prévia acerca dos danos que iríamos encontrar, pontualmente, nesses cartazes. A documentação do

---

<sup>12</sup> O Fundo Polícias Políticas encontra-se organizado em prontuários e dossiês, que, por sua vez, se ordenam em setores que contêm relatórios de investigações, correspondências, boletins, fotografias, recortes de jornal e documentação apreendida.



Setor Estudantil foi escolhida para ser tratada por estar entre as dez coleções mais consultadas nos últimos anos no APERJ, e por se apresentar em estado regular de conservação, frente aos demais conjuntos igualmente elencados. Desse modo, a partir do tratamento da documentação desse setor, poderiam ser traçados os parâmetros para a documentação (que porventura viesse a passar por procedimento de conservação) dos demais setores.

O modelo de intervenção adotado pelo APERJ teve por base os preceitos teóricos disseminados pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, por meio de publicação denominada Política de Preservação de Acervos Institucionais (MAST,1995), aliando-se ao fato de que seu acervo assume valores históricos e legais como prevaletentes aos valores de ordem estética.

A Divisão de Preservação de Documentos do APERJ prioriza o trabalho de preservação dos ambientes de guarda dos acervos, com diagnósticos dos acervos, monitoramento de umidade e temperatura, e controle de umidade e de pragas em todos os depósitos de documentos. Contudo, em se tratando de procedimentos pontuais, o tratamento adotado pela instituição é o de estabilização dos suportes, procedimento descrito no item 96 do texto da publicação sobre Política de Preservação de Acervos Institucionais, cuja finalidade é de “restituir sua ‘funcionalidade’, quando esta estiver interrompida por um problema estrutural ou estético” (MAST, 1995, p. 26), sendo o trabalho de restauração realizado em caráter excepcional.

O tratamento de estabilização adotado à época pelo APERJ compreende basicamente quatro etapas de trabalho:

**1- Higienização mecânica dos suportes** – consiste na eliminação de sujidades depositadas sobre livros e documentos e, conseqüentemente, de seus agentes agressores (SPINELLI, 2010, p. 01). A higienização básica de documentos de suportes de papel obedece a uma seqüência de operações. Primeiro, é feita uma varredura para remoção de poeiras depositadas na superfície do documento com uma trincha macia. Permanecendo sujidades no papel, é feita a aplicação de borracha para eliminação da sujeira. Essa borracha pode estar em forma de grânulos (comumente chamado de pó de borracha), ou em forma de esponja. A aplicação de borracha deve ser feita de forma cuidadosa, pois requer que se faça um leve atrito, para que a borracha retire as sujidades. Ainda restando alguma

sujidade pontual, esta será removida com o auxílio de bisturi cirúrgico. Antes da higienização, é importante que se avalie as tintas utilizadas para inscrição ou impressão, para que não haja risco de remoção destas.

**2- Reforços de vincos e remendos de rasgos que possam evoluir para uma fragmentação do suporte em curto prazo** – para estas duas ações, segue-se o mesmo procedimento: pelo verso do documento, é aderida uma estreita fita de papel de fibra longa (também chamado de papel japonês), com adesivo de amido modificado ou de celulose modificada. Esses adesivos são compatíveis com os papéis a serem colados e, havendo a necessidade, são de fácil remoção.

**3- Planificação de suportes com amassamentos** – este procedimento tem como objetivo o retorno do documento ao seu formato original. Consiste em uma leve umidificação do suporte (o suficiente para que as fibras de celulose relaxem e se tornem maleáveis) e a prensagem por meio de placas de compensado ou de vidro sob peso, ou por prensa mecânica. Para este tratamento, há de se observar a presença de carimbos secos ou outros relevos originais do documento, e preservá-los durante o procedimento.

**4- Acondicionamento** – Após transcorridos todos os tratamentos de conservação, os documentos recebem acondicionamento adequado ao seu formato, material constituinte e local de guarda.

A rotina de um laboratório de conservação proporciona aprendizados que complementam o que as teorias ensinam, sendo estas imprescindíveis para que haja juízo crítico sobre o que se observa em um objeto a ser tratado e o resultado que se pretende alcançar com uma intervenção.

Ao ser iniciado o tratamento das primeiras caixas do Setor Estudantil do Fundo Polícias Políticas, foi verificado um envelope sem numeração, apenas com a inscrição “cartazes recolhidos no restaurante calabouço”. Esses cartazes estavam dobrados, aparentemente pela intenção de permitir sua guarda em um envelope tamanho A4. Apresentavam marcas de fitas adesivas nos cantos, mostrando que estiveram afixados verticalmente, para permitirem a leitura de suas informações. Esses primeiros cartazes passaram por tratamento básico de conservação sem maiores intervenções, salvo quando foi percebido o risco de perda de suporte, como o cartaz que simula uma cédula de votação (Figura 2). Este cartaz, produzido em

suporte de papel originalmente ácido<sup>13</sup>, apresentava dobras, rasgos e perdas de suporte. Seu tratamento foi uma exceção, e consistiu em uma cuidadosa velatura<sup>14</sup>, precedida de um tratamento para neutralização da acidez do suporte.

Após o tratamento desses cartazes, foi dada uma atenção especial aos demais documentos do gênero, pois, se fossem mantidas as condições de guarda em que se encontravam, aliadas aos materiais constituintes de baixa qualidade, eles não resistiriam por muito mais tempo.



FIGURA 2 - Cartaz apreendido no restaurante Calabuço, em que se percebe claramente o propósito democrático do Movimento Estudantil. Técnica mista (estêncil em cor preta e manuscrito a tinta vermelha) sobre papel craft medindo 62 x 83 cm. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 1. Foto: Ivy Silva, 2010.

<sup>13</sup> O suporte do citado cartaz é uma folha de papel pardo, produzido a partir de processos com pouco refino da celulose. Além disso, segundo informações fornecidas pela professora Ingrid Beck, os papéis produzidos a partir da segunda metade da década de 1990 possuem carga alcalina adicional, cujo propósito é o de retardar o processo de acidificação dos suportes.

<sup>14</sup> Procedimento no qual o documento é aderido a um suporte secundário, com o intuito de dar-lhe estabilidade.



FIGURA 3 - Detalhe canto inferior direito da frente do cartaz mostrado na Figura 2, em que se vê marca de fita adesiva, o que se repete nos quatro cantos do suporte. Foto: Ivy Silva, 2010.

#### *2.4.1 As decisões de conservação para os cartazes pisoteados*

No decorrer do trabalho de conservação do grupo de documentos referentes ao Setor Estudantil, o estado de conservação dos cartazes com marcas de pisoteamento foi questionado. Um exame visual simples apontava para um diagnóstico de sujidades generalizadas, presença de vincos, manchas, rasgos e perfurações. Além disso, o modo de acondicionamento na pasta em que estavam não oferecia condições de preservação adequada. Eles estavam, como a grande maioria, dobrados, para que coubessem nas pastas, com uma única numeração dada pela polícia, que a localiza dentro da própria pasta.

A metodologia aplicada pela equipe de conservação do APERJ, nesse trabalho, foi a da mínima intervenção. A noção de mínima intervenção traz consigo o sentido de relatividade ao trabalho de conservação, ou, como já foi dito, cada caso, um caso.

A mínima intervenção consiste em se executar o mínimo de processos possíveis para se alcançar um objetivo (VIÑAS, 2005, p. 204). Mesmo sendo um procedimento cuja execução depende da avaliação do objeto, no caso dos cartazes,

a questão tornou-se um dilema, devido à quantidade de sujidades e interferências encontradas no suporte. Geralmente, quando se fala de mínima intervenção em acervos arquivísticos, pensa-se em higienização com trincha e borracha, remoção de objetos metálicos oxidados, planificação e reparos nas áreas em que há risco de perda de informação. E foram as sujidades e interferências encontradas nesses cartazes que incitaram a aprofundar a discussão a respeito de documentos como patrimônio e memória.

Ao se perceber, no primeiro dos dois cartazes, as marcas de pisoteamento, ele foi retirado da pasta em que estava acondicionado. Em seu lugar, entrou uma guia-fora contendo as informações necessárias para a recuperação deste (de onde saiu e onde será acondicionado). Uma segunda guia-fora foi gerada, e acompanhou o cartaz com as mesmas informações sobre sua localização. A equipe do laboratório, como foi citado anteriormente, decidiu por não intervir no cartaz, ou melhor, por intervir o mínimo possível, que, nesse caso, significou a retirada do documento da pasta, a sua abertura, e uma leve planificação, para melhor acomodação do documento na nova embalagem de acondicionamento e novo mobiliário – os cartazes passaram a ser guardados em mapotecas. A planificação se deu apenas com a abertura do documento sobre uma superfície plana, e a colocação, por alguns dias, de papel mata-borrão e placas de vidro sobre o documento. Não foi utilizada umidade ou peso no tratamento. O mesmo foi feito com o segundo cartaz com as mesmas marcas, e com alguns outros que surgiram.

Os cartazes permaneceram no laboratório até o tratamento completo da pasta da qual eles foram retirados. Foi um curto, porém proveitoso período, em que se discutiu muito entre a equipe do laboratório e a equipe que trabalha no tratamento técnico do acervo do APERJ, no caso dos cartazes; e a equipe da Divisão de Documentos Permanentes, que compreendeu a decisão tomada pela Conservação; e ainda se conseguiu ter uma amostra do impacto da permanência e da percepção das marcas pelo pesquisador/espectador.

No geral, o que se vê nos cartazes do Fundo Polícias Políticas, tanto nos manuscritos quanto nos impressos são danos que, se fossem corrigidos, ocultariam informações referentes à trajetória do objeto. Como exemplo, muitos cartazes apresentavam, nos cantos, fitas adesivas, resíduos de adesivo ou furos, indicando que foram afixados em paredes ou murais, para visualização. Seguindo o que descreve Jaime Spinelli (1997) como padrão de conduta a ser adotado em

processos de conservação, deve-se “aplicar um tratamento de conservação dentro do limite do necessário e orientar-se pelo absoluto respeito à integridade estética, histórica e material de uma obra” (SPINELLI, 1997, p. 17). Para a equipe de conservação do APERJ, a eliminação completa dessas marcas colocaria em dúvida a utilização dos objetos antes de sua apreensão, e esvaziaria o sentido de sua permanência nesse acervo.

Esse exemplo remete ao que Salvador Muñoz Viñas (2003) classifica como a incapacidade dos documentos arquivísticos, como objetos historiográficos, de portarem uma função simbólica por si próprios. Para o autor, essa função seria exercida pelo conjunto, pelo acervo arquivístico. De fato, isso se confirma, ao analisarmos os cartazes desse acervo. A documentação que acompanha os cartazes mostra que eles possuem muito mais a informar, além das inscrições sobre suas superfícies.

O documento seguinte aos cartazes, dentro do dossiê elaborado pela polícia, afirma que a Turma M. E.<sup>15</sup> da Seção de Buscas Especiais do DOPS “apreendeu dois cartazes” (Setor Estudantil, pasta 23 e 24, folha 53), ao chegar ao Colégio Castelo Branco, atendendo a ordem do Chefe da Seção. Apreendidos como? E as marcas que eles possuem hoje, como aconteceram? Os cartazes estavam no chão e então foram pisados? Mas há furos nos cantos que demonstram que eles estiveram em um mural ou parede! Então, eles caíram de uma parede? Alguém os retirou da parede, os segurava e os deixou cair? São muitos os questionamentos que podem ser elucidados por meio da leitura da documentação referente à incursão policial produzida, à qual os cartazes foram anexados, como prova do que foi averiguado.

---

<sup>15</sup> Sigla não identificada. Porém, supõe-se tratar de “Movimento Estudantil”.

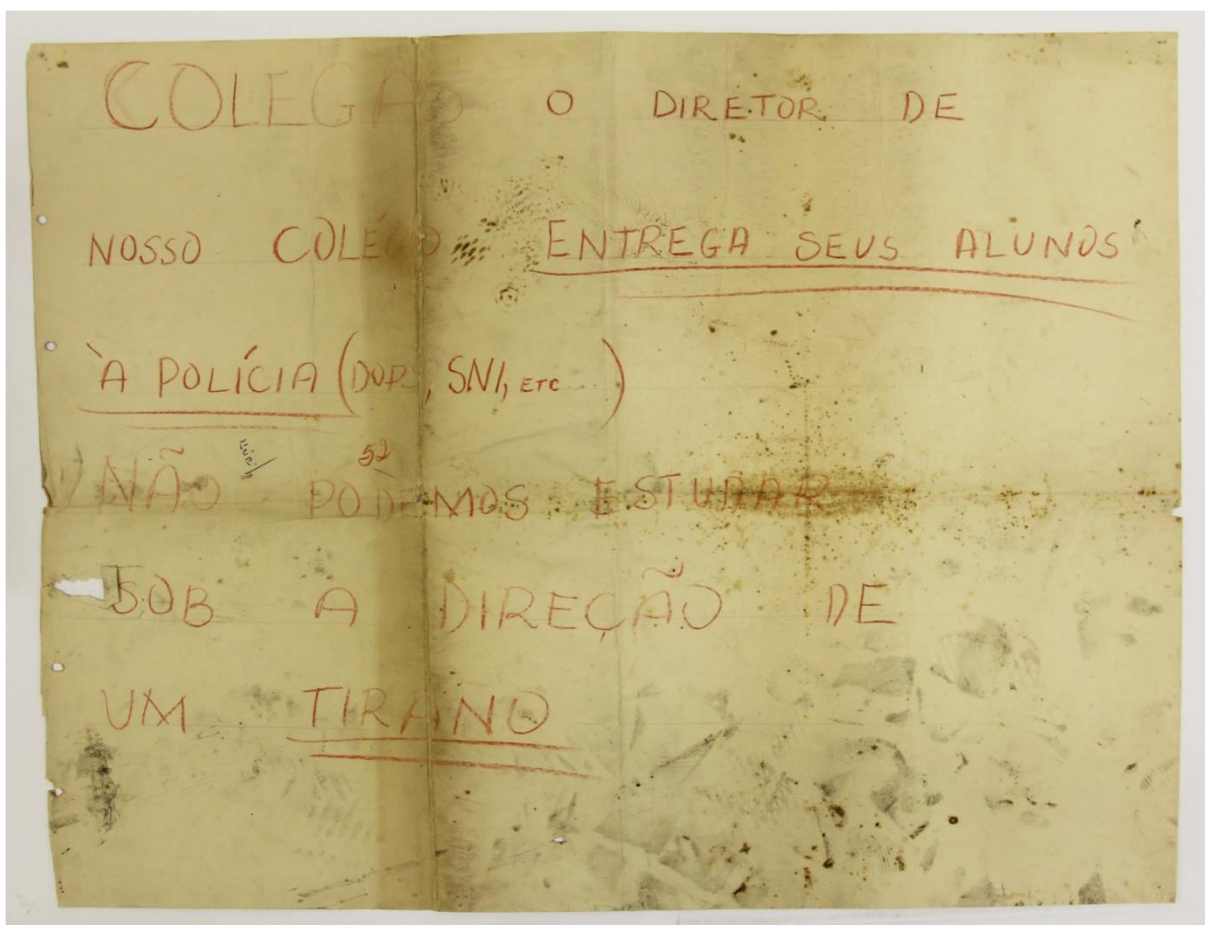


FIGURA 4 – Cartaz “O diretor do nosso colégio entrega seus alunos à polícia”. Giz de cera sobre cartolina, 55 x 72 cm. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23. Foto: Rene Leal, 2013.

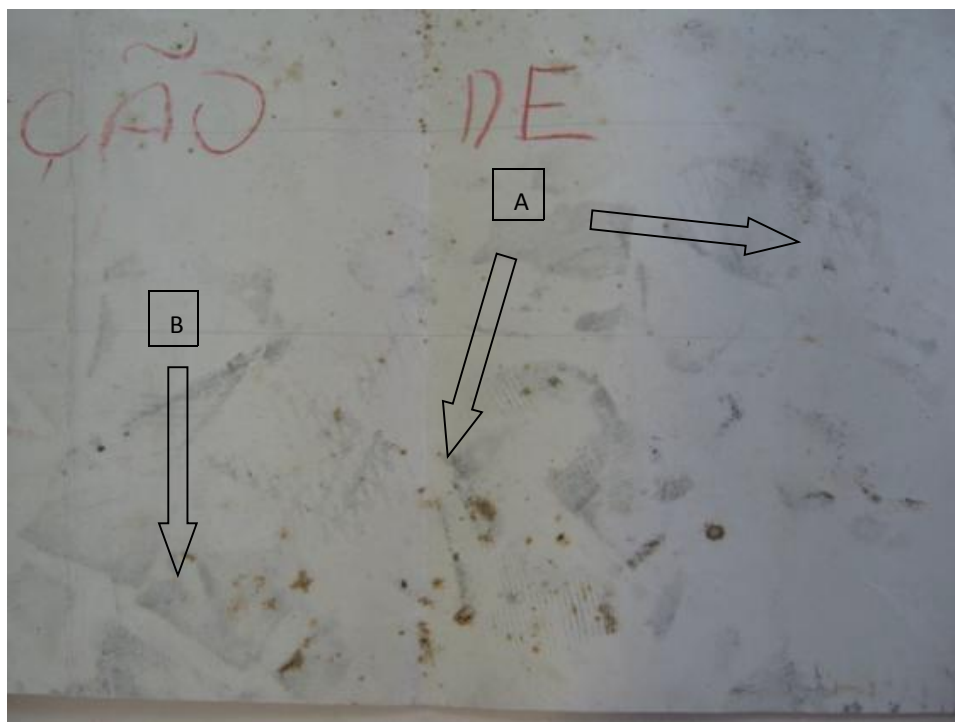


FIGURA 5 – Detalhe do cartaz da Figura 4, em que se vê marcas de solados (A) e de pedras portuguesas (B).



### 3 DOCUMENTOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL: POTENCIALIDADE PARA DISCUSSÃO SOBRE A ATUAÇÃO SECUNDARISTA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Neste capítulo, os cartazes do movimento estudantil serão examinados, para que se possa verificar as consequências da manutenção de suas marcas em suas superfícies. Serão apresentados exercícios de anamnese a cada uma das marcas deixadas, confrontados com informações obtidas nos documentos policiais produzidos sobre o momento da apreensão dos cartazes. Para tanto, as memórias do movimento estudantil serão revisitadas para contextualizar os fatos trazidos pela crítica dos documentos em questão.

São constantes as citações sobre a atuação dos estudantes secundaristas nos relatos feitos sobre o movimento estudantil, seja por seus atores, em suas memórias, seja por pesquisadores e suas publicações. A memória de um secundarista da década de 1930 traz o que teria sido a primeira manifestação dessa categoria por benefícios. Assim declarou Irum Sant'anna ao Projeto Memória do Movimento Estudantil<sup>16</sup>:

Eu vivi intensamente as primeiras campanhas de 50% nas passagens e nas diversões. Foi aquela época de 1930. Nós íamos para as ruas e os da frente gritavam: “O que queremos?” E os de trás respondiam: “50%!” “O que queremos?” “50%!” E foi essa a primeira manifestação estudantil para fazer o tal abatimento nas passagens e nas diversões. (ARAÚJO, 2007, p. 68).

Nas três décadas seguintes, os secundaristas se mantiveram organizados em associações, embora não houvesse consenso sobre a entidade que os representasse nacionalmente – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas ou União Nacional dos Estudantes Secundaristas –, como conta Sepúlveda Pertence, militante do movimento estudantil secundarista de Minas Gerais:

O movimento secundarista era então dividido em duas entidades. Esta UBES, com sede no Rio de Janeiro, na época com uma forte influência integralista. [...] E em São Paulo funcionava a UNES, de marcada influência do Partido Comunista.” (ARAÚJO, 2007, p. 72).

---

<sup>16</sup> Executado entre os anos de 2004 e 2006, resultado de parceria entre UNE, Museu da República e Fundação Roberto Marinho e patrocinado pela Petrobrás.

Na década de 1960, secundaristas se mostravam intensamente ativos junto ao Movimento Estudantil, sendo considerados tantas vezes dos mais radicais participantes da luta contra o regime ditatorial brasileiro. João Roberto Martins Filho, em seu livro “Rebelião Estudantil”, de 1996, refere-se aos estudantes secundaristas como “jovens destemidos”. Sobre os estudantes paulistanos que participaram da manifestação na Praça da República do dia 24 de junho, o autor diz: “O mais difícil é controlar os secundaristas”; e sobre os estudantes cariocas: “Na manhã do dia 26 de junho, já há muita gente no centro. Os secundaristas, sem medo da polícia, usam sprays para escrever seus lemas.” (MARTINS FILHO, 1996, p. 91).

Entre os anos de 1966 e 1968, as manifestações no Rio de Janeiro contaram com a colaboração intensiva da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES). Martins Filho descreve a resistência dos estudantes secundaristas à ofensiva da Polícia Militar da Guanabara, em frente ao restaurante Calabouço, e o embate que terminou na morte de Edson Luís Lima. Vladimir Palmeira também destaca o papel dos secundaristas neste episódio, considerado o mais dramático do ano de 1968:

Rio de Janeiro, 28 de março de 1968.  
Avenida General Justo, esquina com Santa Luzia - Centro  
Estudantes secundaristas que diariamente faziam as refeições no Calabouço iriam realizar mais uma das inúmeras manifestações pela conclusão do restaurante. Saíam para as ruas, quando a Polícia Militar chegou atirando (PALMEIRA, 2014).

Para uma breve elucidação sobre a organização do ensino no país à época, em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases nº 4024, a qual trazia em seu texto, entre outras diretrizes, a organização do sistema de ensino. A LDB determinava, no artigo 34, que as etapas de formação acadêmica pelas quais os estudantes brasileiros deveriam passar seriam: pré-primário, ensino primário, ensino médio (no qual se encaixava o nível secundário) e educação de grau superior. O que era descrito como o ensino médio era dividido em dois ciclos: o ginásial e o colegial. O colegial ainda apresentava três modalidades distintas de curso: técnico, que visava à formação profissional do aluno; o curso de formação de professores de pré-primário e primário; e o secundário, composto pelos cursos clássico e científico (BRASIL, 1961).

Durante a gestão de Flávio Suplicy de Lacerda, entre os anos de 1964 e 1966, como Ministro da Educação, foi iniciada uma série de acordos entre Brasil e

Estados Unidos, por meio da organização intitulada *United States Agency for International Development* (USAID), cujo objetivo era a introdução do modelo norte-americano de educação nas escolas brasileiras. Uma das medidas implantadas foi a fusão do primário com o ginásio, que passou a ser denominado primeiro grau; e a fusão do clássico e do científico, que passou a compor um único curso, o segundo grau (ARAÚJO, 2007, p.160).

No ano de 1968, eram vinte os acordos firmados entre o MEC e a USAID, quinze destes na área de educação, e dois exclusivos para universidades. Os universitários foram os primeiros a se posicionarem contra os acordos MEC-USAID. O descontentamento dos estudantes era manifestado publicamente, sob a forma de protestos, muitas vezes apoiados por professores e intelectuais da época. Além disso, outro fato se mostrou preponderante para o descontentamento dos estudantes. Ainda na década de 1960 se iniciou uma crise no meio acadêmico, deflagrada pela falta de vagas nas universidades, que pudessem ser ocupadas pelos alunos aprovados no processo seletivo universitário. O motivo para este fenômeno seria a crescente quantidade de jovens provenientes da classe média que se candidatavam às vagas oferecidas para o ensino superior (ARAÚJO, 2007, p.130).

Com todos os motivos expostos, o movimento estudantil passou a lutar pelo que acreditava ser o caminho para melhorar as condições em que se encontravam: a mudança das políticas educacionais, o que desagradou ao Estado. Para José Arthur Poerner (1968), a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, foi apresentada com o especial propósito de extinguir o movimento estudantil brasileiro e, conseqüentemente, neutralizar as ações dos estudantes contra as decisões tomadas pelos órgãos governamentais. Um dos alvos dessa manobra, segundo o autor, seria a preparação do “terreno” para a implantação dos Acordos MEC-USAID (POERNER, 1968, p. 244). Contudo, Poerner via dificuldades na implantação desse acordo junto às escolas secundárias:

O ensino médio vem constituindo a área mais difícil para a infiltração norte-americana, porque 65,8% dos estabelecimentos secundários estão nas mãos de particulares: padres, organizações religiosas e empresários. Os padres, já bafejados muitos deles pelos ventos de renovação que sopram do Vaticano, resistem à intervenção, enquanto a maior parte dos empresários, donos desse próspero ramo de negócio, não estão precisando de sócios. Por isso, o ensino

médio é a área em que a infiltração norte-americana se acha mais atrasada [...]. (POERNER, 1968, p. 260).

O aparente escudo não acomodou os estudantes secundaristas. A luta contra as reformas no nível superior – do qual eles próprios fariam parte em pouco tempo – foi incorporada às pautas de discussões. Os adolescentes engrossavam o coro dos universitários contra os acordos MEC-USAID para o ensino brasileiro. Embora houvesse manifestações nas maiores cidades do país, eram os estudantes cariocas que protagonizavam os confrontos mais violentos. A cidade do Rio de Janeiro, apesar de não ser mais a capital de fato do país, continuava a exercer esse papel em muitos aspectos, entre eles o de mobilizadora da classe média contra a violenta repressão policial sobre os estudantes, o que foi considerado por Martins Filho (1996) como uma das razões para a multiplicação de protestos. O aparato montado pelo Estado para impedir manifestações após as missas de sétimo dia de Edson Luís mostrou o quanto o governo se preocupava em neutralizar o Movimento Estudantil.

### 3.1 A vigilância documentada

Para que se desse, de fato, a neutralização ou o combate às ideias de mudança dos estudantes, o Estado se valeu de seu instrumento de vigilância e repressão: a Polícia, tanto a Militar quanto a Política. A polícia militar agia com a força para reprimir as mobilizações públicas dos estudantes. Por sua vez, as polícias políticas exerciam seu papel de investigador, e, como órgão público, com todas as esferas esperadas de uma organização burocrática, gerava papéis e mais papéis em que eram registrados todos os procedimentos de averiguação.

Diante da existência de vasto material arquivístico produzido, como descrito no capítulo anterior, é inegável o reconhecimento da importância e da necessidade do uso dos arquivos das polícias políticas como fonte primária de pesquisa, haja vista a ação que essa instituição desempenhou como o aparelho repressor do Estado, cuja função primária era o controle do indivíduo. A leitura desses arquivos proporciona não só o conhecimento do *modus operandi* da polícia, e de como atuava o mecanismo da coerção, mas também possibilita o conhecimento

das ações daqueles que foram declarados “fora do padrão” político da época, e que resistiram ao autoritarismo, mantendo seus discursos, mesmo nos momentos mais desfavoráveis (CARNEIRO, 2007).

Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (2007), é importante ter em mente que, ao se pesquisar a documentação produzida pela polícia política, está-se diante do registro de discursos de naturezas distintas. Convivem nesses documentos, muitas vezes dentro de um mesmo prontuário, expressando uma aparente verdade, dois ou mais discursos. Esses discursos seriam “o discurso da ordem”, declarado pela instituição policial; “o discurso da desordem”, o da resistência, do vigiado; e “o discurso colaboracionista”, que seria o do delator e o da grande imprensa.

O discurso da ordem implica, além da propagação da voz da polícia, a desconstrução e a manipulação do discurso da “desordem”. Era o discurso oficial e que tinha que ser legitimado, comprovado e fundamentado. A sociedade tinha que ter ao alcance dos olhos os resultados da atuação eficiente da instituição que a protegia.

Independentes dos seus veículos (livro, ofício, panfleto, um boletim, um relatório, etc.), temos que considerar que estes discursos sofreram um processo de gerenciamento, cuja desmontagem é imprescindível para a reconstituição do raciocínio policial que tinha como missão comprovar o crime identificado através de ideias e ações sediciosas. O discurso da ordem assume um tom acusatório ao apontar para o inimigo cuja imagem negativa vai sendo construída a partir de provas recolhidas junto aos espaços da sedição (daí os autos de busca e apreensão e os relatórios de investigação). Neste caso, quem “monta” a história oficial é a autoridade policial que, com base na observação e na materialização do crime (provas concretas), “constrói” realidades. E estas ao serem julgadas pelas instâncias superiores e propagadas junto à grande imprensa tornam-se consenso, legitimando a repressão. (CARNEIRO, 2007, p.3).

Contudo, a manutenção desse material apreendido nos arquivos da polícia, ainda que mantidos como prova do “perigo” ao qual a sociedade estaria exposta, se revela também o único momento em que, de fato, a voz do vigiado, do “inimigo”, é permitida pela vigilância.

Embora não se saiba ao certo o quanto existiu de documentação, é sabido que o que restou é capaz de auxiliar na constatação de fatos. Como diz Tucci, não se busca a verdade histórica dos fatos documentados, pois o próprio conceito de verdade histórica seria um conceito “esquivo”. A constatação se daria a respeito de como foram construídos os fatos: qual a lógica e ética demandadas para

a finalidade? Como uma polícia, cujo objetivo era o de reprimir ações que refletiam o pensamento político do cidadão, operava auxiliando o Estado na ordenação e na homogeneização política de um país?

### *3.1.1 O alerta às organizações estudantis*

No ano de 1964, o Congresso Nacional recebeu do então Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda a sugestão de extinção de todas as entidades estudantis, de níveis secundário e superior, de âmbito regional ou nacional, por meio da Lei Suplicy de Lacerda, a qual indicava a criação de diretórios específicos para cada escola, faculdade e universidade, sem que estes pudessem exercer qualquer atividade, propaganda ou manifestação de caráter político.

O histórico das entidades estudantis organizadas teve início na década de 1930, e se manteve por décadas com forte atuação política junto ao governo, sendo porta-voz da juventude brasileira. Porém, a partir dos anos 1960, a participação dos estudantes na vida política despertou a atenção das autoridades, primeiro dentro da própria universidade e, posteriormente, do governo (POERNER, 1968, p. 217). A repressão policial a essas entidades já se fazia austera e, nesse momento, o movimento estudantil já não se apresentava com a mesma organização e força de anos anteriores. A intenção do governo era a de impor a substituição das entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) por Diretórios Acadêmicos nas faculdades, Diretórios Centrais de Estudantes nas universidades, e diretórios regionais. Era o ingresso do movimento estudantil ao mundo da clandestinidade.

Apesar disso, segundo levantamento feito pelo projeto Memória do Movimento Estudantil, coordenado por Maria Paula Araújo, a base do movimento estudantil num primeiro momento dessa repressão não foi de todo atingida, pois os líderes veteranos foram substituídos por novas lideranças, em sua maioria integrantes da classe média, parcela da sociedade que muito colaborou com o golpe militar.

Entre 1964 e 1968 os estudantes mantiveram uma atividade política intensa, criando as “entidades livres” – diretórios e centros acadêmicos paralelos aos oficiais, já que estes, pela Lei Suplicy estavam sob o controle do governo e proibidos de exercer qualquer atividade política importante. Apesar de extinta, a UNE ainda era um símbolo importante. [...] Greves, manifestações e passeatas eram convocadas em nome da entidade que continuava elegendo seus presidentes e realizando clandestinamente seus congressos. (ARAÚJO, 2007, p.157).

Justificava-se, dessa forma, o aumento a vigilância ao movimento estudantil, a ponto de se ter, nos arquivos policiais, fichários que agrupavam toda a documentação produzida e apreendida sobre as entidades estudantis.

### **3.2 O “Setor Estudantil”**

Parte do conjunto documental das polícias políticas apresentava uma organização prévia, mantida após sua incorporação ao acervo do APERJ. Uma dessas formas de organização é a distinção temática chamada de “Setor” pela polícia. Como já citado anteriormente, vários eram os “setores” monitorados, cujo material recolhido era arquivado.

O Setor Estudantil reúne, em 78 pastas, documentos recolhidos entre outubro de 1965 e dezembro de 1982. Entre os papéis, encontram-se pedidos de busca, relatórios de incursões, levantamento de dados, informes, depoimentos, ordens para operações, correspondências entre órgãos governamentais e materiais diversos apreendidos nas operações, como folhetos, cartazes e jornais.

Embora as organizações e os líderes estudantis estivessem na linha de frente das averiguações policiais, os estudantes não são os únicos que figuram como monitorados nesses documentos. É clara a vigilância sobre todo o meio educacional de nível médio e superior do estado do Rio de Janeiro, nesse arquivo. Além dos discentes, estão inclusos nos informes professores e funcionários administrativos das instituições de ensino, que tinham monitoradas pela polícia, além das atividades políticas, as atividades culturais e educativas, como “congressos, reuniões encontros, passeatas, comícios, festivais, atos públicos, pichações, eleições de diretórios acadêmicos e movimentos reivindicatórios de apoio e

solidariedade”, mesmo se essas atividades ocorressem fora dos limites do estado do Rio de Janeiro (APERJ, 1994, p. 27).

Exemplo disso é o documento identificado como folha 38 da pasta 23 e 24 (Figura 7). Trata-se de fotocópia de um relatório, que transcreve parte de um inquérito policial militar e do DOPS, que dá ciência da apuração de:

[...] fatos e responsabilidades de todos os dirigentes da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Sindicato dos Professores (sic) de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro que tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, [...]. (POLÍCIAS POLÍTICAS, 1968)

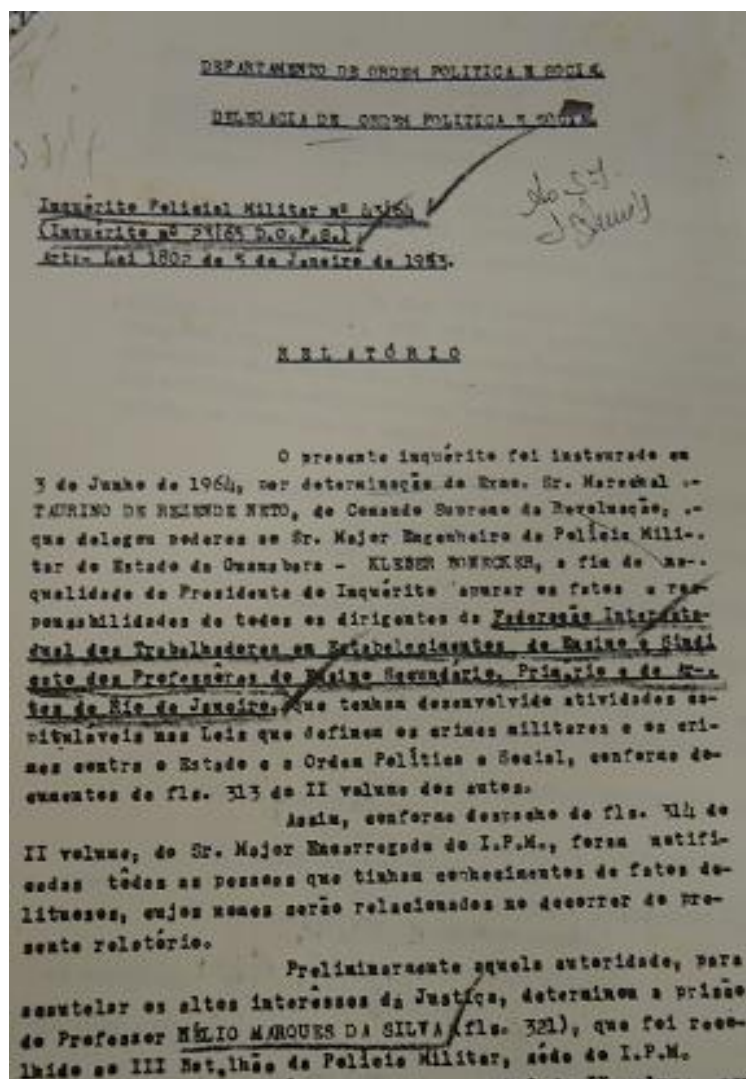


FIGURA 7 – Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 38. Foto: Ivy Silva, 2013.



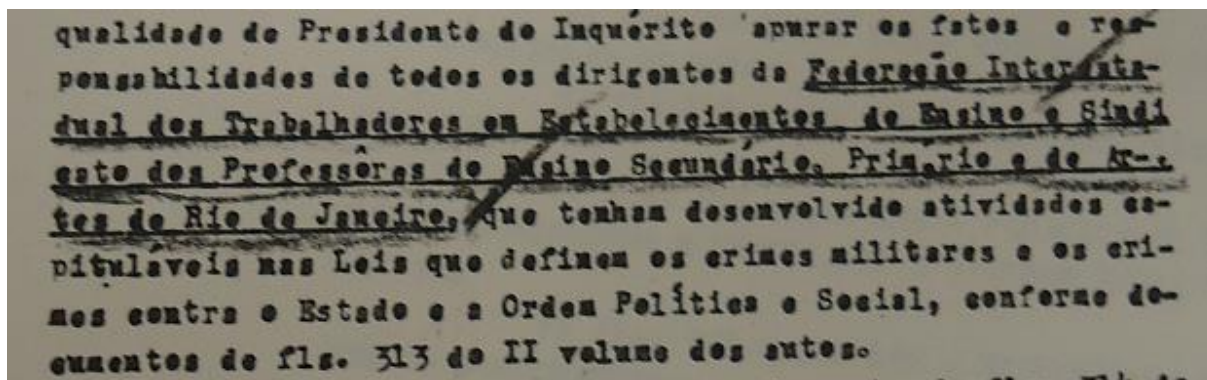


FIGURA 8 – Detalhe do documento apresentado na Figura 7, em que se vê grifado o nome da instituição monitorada pela polícia. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 38.

Segundo a leitura do documento, o relator cita a determinação do “Sr. Major Encarregado do I.P.M.” para a prisão do professor que presidia, naquela data, o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e de Artes do Rio de Janeiro, cidadão este que, segundo o relatório, encontrava-se “recolhido no III Batalhão de Polícia Militar, sede do I.P.M.”. O mesmo relatório ainda descreve os itens recolhidos em incursão de busca e apreensão ocorrida no Sindicato citado. No item “h”, lê-se: “Documentos Políticos-subversivos e desagregadores”, além de resumos dos depoimentos das testemunhas incluídas e ouvidas no inquérito. (Figura 7). Este documento pode ser tomado como um exemplo do discurso dominante, pois, embora faça referência a depoimentos de cidadãos citados como testemunhas do inquérito, trata-se de relato feito pelo agente repressor, para a própria instituição repressora.

### 3.3 Os cartazes

Como dito anteriormente, dentro do arquivo policial, a voz do reprimido pode ser ouvida por meio dos livros, documentos, fotos, cartazes deles retirados e arquivados. Esses objetos tomados como provas de atividades antidemocráticas são entendidos hoje como veículos por meio dos quais o discurso do cidadão perseguido pelo agente repressor oficial se manteve vivo.

Os cartazes de protesto produzidos pelos estudantes e apreendidos pela polícia são portadores literais do discurso que se desejava calar. Nos suportes de papel escritos com giz de cera ou canetas hidrográficas, ficaram registrados, em palavras, seus descontentamentos e suas reivindicações. Esses objetos, inseridos em seus contextos originais, representavam o desejo de uma mudança. Retirados desse contexto, os cartazes se transformaram em provas de que os estudantes encontravam-se em agitação contra o regime político vigente no país e, por isso, precisavam de vigilância e inquirição.

A análise dos documentos do acervo Polícias Políticas faz crer que a dinâmica da constituição desses arquivos se dava da seguinte forma: após executadas, as missões eram registradas por seus agentes, em boletins ou relatórios endereçados a seus superiores; os materiais apreendidos durante as missões eram citados e anexados aos dossiês, que, por sua vez, seguiam arquivados. A citação dos materiais apreendidos, na maioria das vezes, descrevia os objetos e o local de onde foram removidos. Observam-se, ainda, informações complementares, as quais se acredita que o agente julgasse importante para a afirmação da relevância do material apreendido. As imagens a seguir mostram dois documentos pertencentes ao Setor Estudantil identificados como folhas 39 e 40 da pasta 23 e 24 (Figuras 9 e 10). Na primeira imagem, vê-se parte do documento produzido pela polícia, informando sobre o panfleto apreendido, visto na segunda imagem. No verso do panfleto, há anotação feita a caneta sobre a data, hora e local da apreensão do material.



No entanto, ao se fazer uma análise formal dos documentos apreendidos, nos moldes de um diagnóstico de conservação de bens culturais, observa-se em muitos dos objetos a potencialidade de contribuição para além das informações que os documentos descritivos da polícia oferecem.

Antes da análise dos cartazes, é necessário apresentar um documento que esclarece um pouco do contexto de produção dos objetos foco desta pesquisa. Em uma pequena folha (metade de uma folha de tamanho ofício) identificada como de número 3 da pasta 23 e 24<sup>17</sup> (Figuras 11 e 12), cujo cabeçalho apresenta toda a hierarquia institucional repressora, lê-se o relato do Chefe da Turma M. E.<sup>18</sup> ao Chefe do Serviço de Buscas Especiais, dando ciência de uma missão realizada.

---

<sup>17</sup> Os documentos das pastas de número 23 e 24 encontram-se acondicionadas em um mesmo invólucro, com os dois números escritos como identificação.

<sup>18</sup> Sigla não identificada. Porém, supõe-se tratar de “Movimento Estudantil”.

ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
DIVISÃO DE OPERAÇÕES  
SERVIÇO DE BUSCAS  
SEÇÃO DE BUSCAS ESPECIAIS

MEMº 40  
DATA: 29.5.68

DO: Chefe da Turma N.º 2.  
PARA: Chefe da S.B.E.  
ASSUNTO: Ciência (faz)

*Handwritten:* D. O. H. 80 v. 01 + Shundy

*Handwritten:* O. S.F. para anotar e arquivar - em 30.5.68

*Handwritten:* Diretor de DF

*Handwritten:* 8/7/68 5434

**PROCOLO**  
Senhor Chefe: N.º 286  
Em 30/5/68

Esta Turma em atendimento as determinações de V.Sa., referente a Parede Geral realizada no Colégio Camille Castels Branco, tem a infermar, que:

Compareceu no local, travando imediato contacto com o Diretor daquela escola, Dr. Aluizio Peixoto Baynard, recebendo deste esclarecimentos, que a parede era motivada, por las seguintes razões: a) Fechamento de Grêmios e punição de seu presidente por Farta. b) Pela posição por um dia, a aluna de nome Mirrela. c) Pela rigidez da disciplina por parte do Diretor da Escola. Segundo o Titular de educandário, os responsáveis Diretores pela Fiquet, são os elementos seguintes: JOÃO JACINTO DE MIZANDA, EVERARDO PRADO LOPES, JOÃO CESAR RELISARIO DE SOUZA, SERGIO FERREIRA FINEO, CARLOS JOSÉ PRATA PUEZA e também ~~ROBERTO MESQUITA VALENTIN~~, este ultimo afastado no ano anterior por questões Políticas e disciplinares.

A porta da escola esta Turma retirou as cartas, com os seguintes dizeres: ASSEMBLEIA HOJE ÀS 15:30 EM FAVOR DE NÓS ALUNOS COM-

FPM - SA - 400 2

FIGURA 11 – Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 3 – frente do documento. Foto: Ivy Silva, 2013.

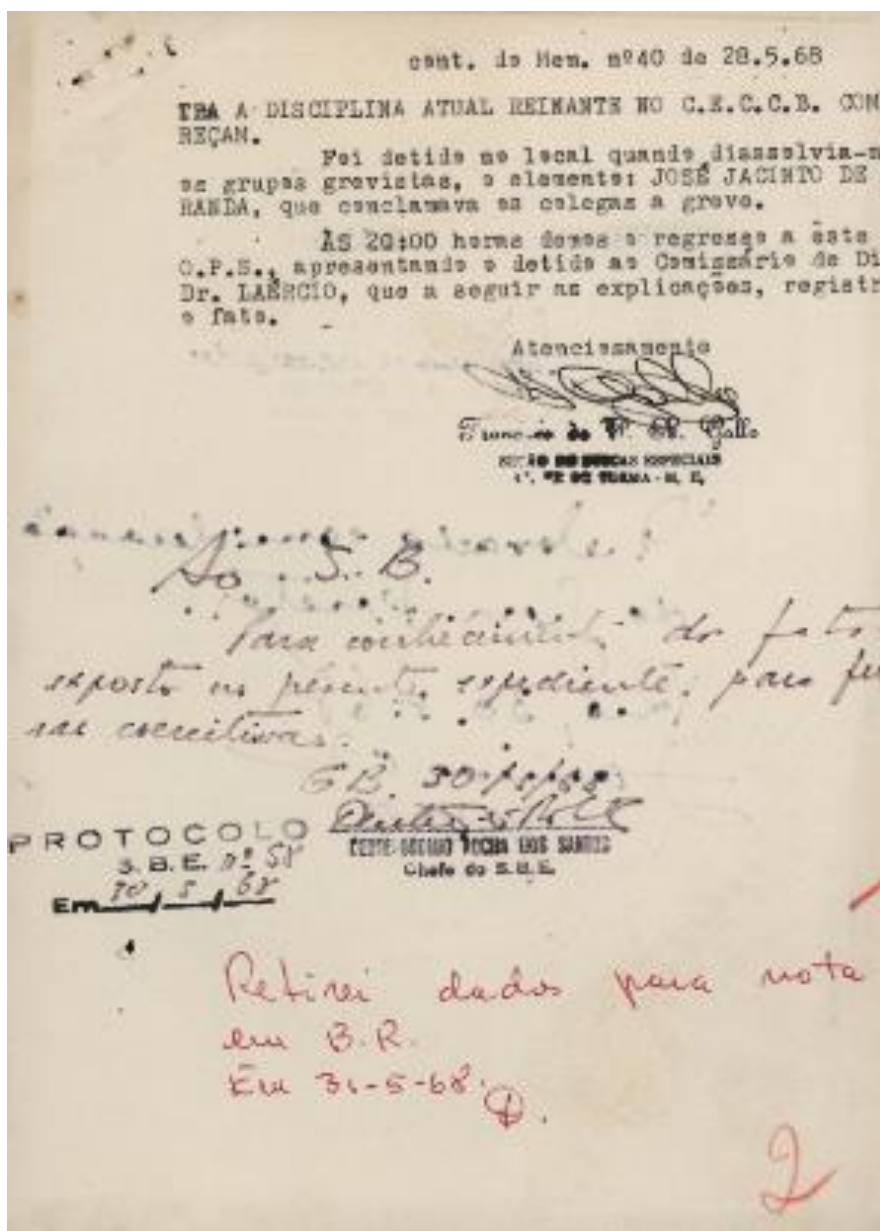


FIGURA 12 – Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 2 – verso do documento. Foto: Ivy Silva, 2013.

Ao que se entende da leitura do documento, a polícia foi até o Colégio Estadual Camilo Castelo Branco averiguar sobre uma greve estudantil que acontecia no estabelecimento de ensino. Embora o documento esteja datado, não há a informação precisa sobre a data e o horário da incursão ao colégio. Segundo a polícia política, o diretor do colégio esclareceu os motivos pelos quais seus alunos estariam protestando com a greve. Os alunos estariam descontentes com o fechamento do grêmio estudantil; a punição do presidente do grêmio, dada uma acusação por furto; a suspensão de uma aluna; e o rigor disciplinar ao qual estariam

subordinados. Não foi encontrada documentação anterior que indicasse o pedido para essa incursão.

Há neste documento o relato da apreensão de um cartaz durante a visita. Diz o documento: “À porta da escola esta Turma retirou um cartaz, com os seguintes dizeres / ASSEMBLEIA HOJE ÀS 13:30 EM FAVOR DE NÓS ALUNOS CONTRA A DISCIPLINA ATUAL REINANTE NO C.E.C.C.B. COMPAREÇAM.”. O citado cartaz foi dobrado e arquivado junto a este documento. Consta ainda que havia uma movimentação na porta do colégio de grupos de alunos, chamados pela polícia de “grevistas”, dispersos pela polícia; e que nesse instante se deu a detenção de um estudante, descrito como um “elemento”, cujo delito foi o de conclamar os colegas à greve.

Vale ressaltar o registro do encaminhamento do detido ao DOPS, onde foi apresentado ao Comissário do Dia. Teriam sido relatadas explicações (não está claro se da polícia ou do detido), e posteriormente foram registrados os fatos informados. Além disso, é interessante observar o trânsito do documento dentro do DOPS, nas inscrições nele contidas: assinaturas e carimbos. São dois carimbos de protocolo datados do mesmo dia; seis encaminhamentos assinados a tinta; uma inscrição indicando recebimento; e uma notificação de retirada, assinada e datada. Esses dados revelam a burocracia praticada pela polícia, e a importância dada às atividades do movimento estudantil.

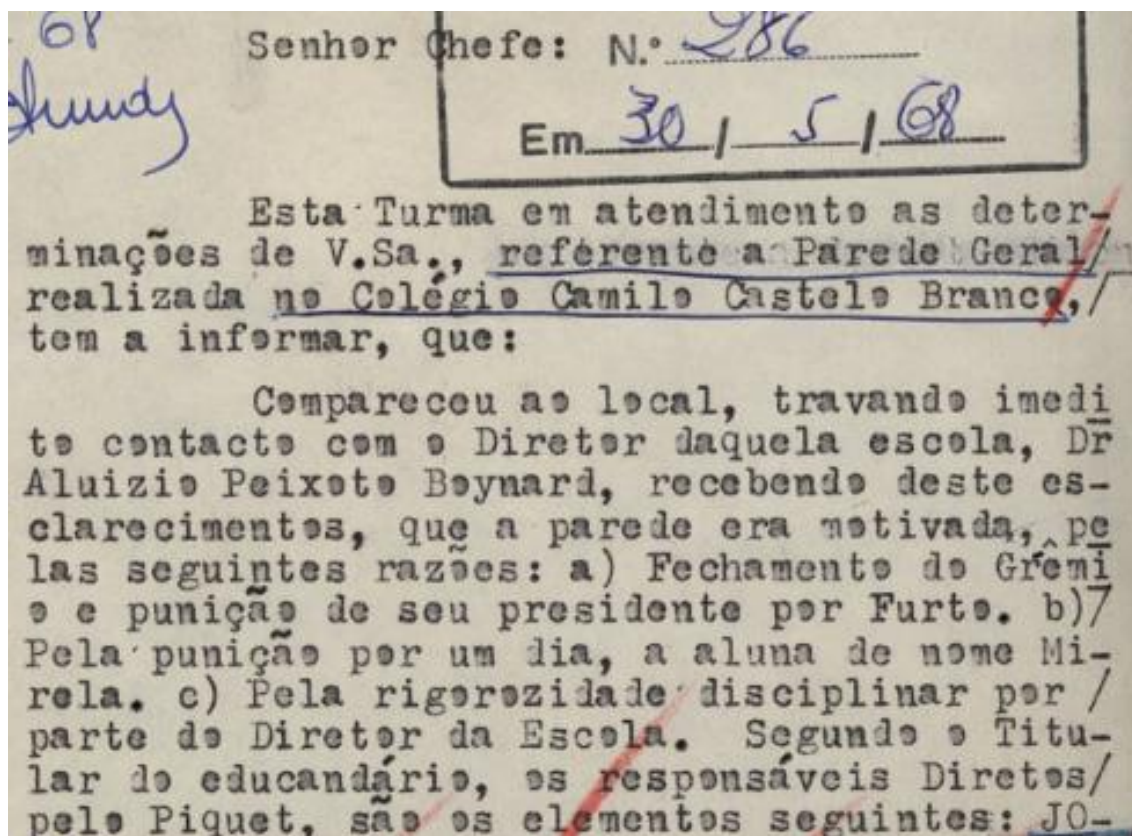


FIGURA 13 – Detalhe do documento. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 3. Foto: Ivy Silva, 2013.

### 3.3.1 O que as marcas podem contar

Uma imagem não pode ser tomada como um recorte ingênuo do mundo em seus aspectos visíveis, segundo Georges Didi-Huberman (2012).

É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles – que, como arte da memória, não pode aglutinar. (DIDI-HUBERMAN, 207)

Para Didi-Huberman (2012), imagem é cinza, é resto. As imagens seriam parte do que o ser humano inventa para registrar suas memórias. Ao constatar que a memória está sempre ameaçada pelo esquecimento, o autor afirma que tudo o que nos alcança ao longo do tempo é um sobrevivente e também um resíduo de algo que foi destruído.



Ao relacionar Freud à leitura dos ensaios de Giovanni Morelli, Carlo Ginzburg, em seu livro “Mitos, Emblemas, Sinais” (1989), descreve o que o próprio Freud teria indicado sobre o método Morelli: “a proposta de um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 149). Embora o método Morelli trate de análises formais para atribuição de autoria em obras de arte, a interpretação dos resíduos, das marcas deixadas por pessoas, testemunhos de algo que não foi descrito oficialmente, também é de fundamental importância para o estudo dos cartazes e, por conseguinte, para a reconstrução da memória da atuação secundarista no Movimento estudantil.

Antes de iniciar de fato a apreciação das marcas, é necessária a realização de uma descrição formal e estilística dos cartazes. Essa análise antecede os procedimentos comuns de restauração e representa o momento no qual o conservador reconhece o objeto em seus aspectos construtivos, de ordem material e imaterial; e serão verificados os materiais constituintes do objeto, as técnicas utilizadas para sua execução, e a qual estilo ou tipo de saber ele pertence. Para este estudo, tal análise contribui de maneira fundamental para que se conheça os objetos pesquisados em suas interferências e seus danos. Na sequência, será apresentada a descrição do cartaz de número 52; e, em seguida, do cartaz sem numeração, com a inscrição “O Colégio não é Quartel”.

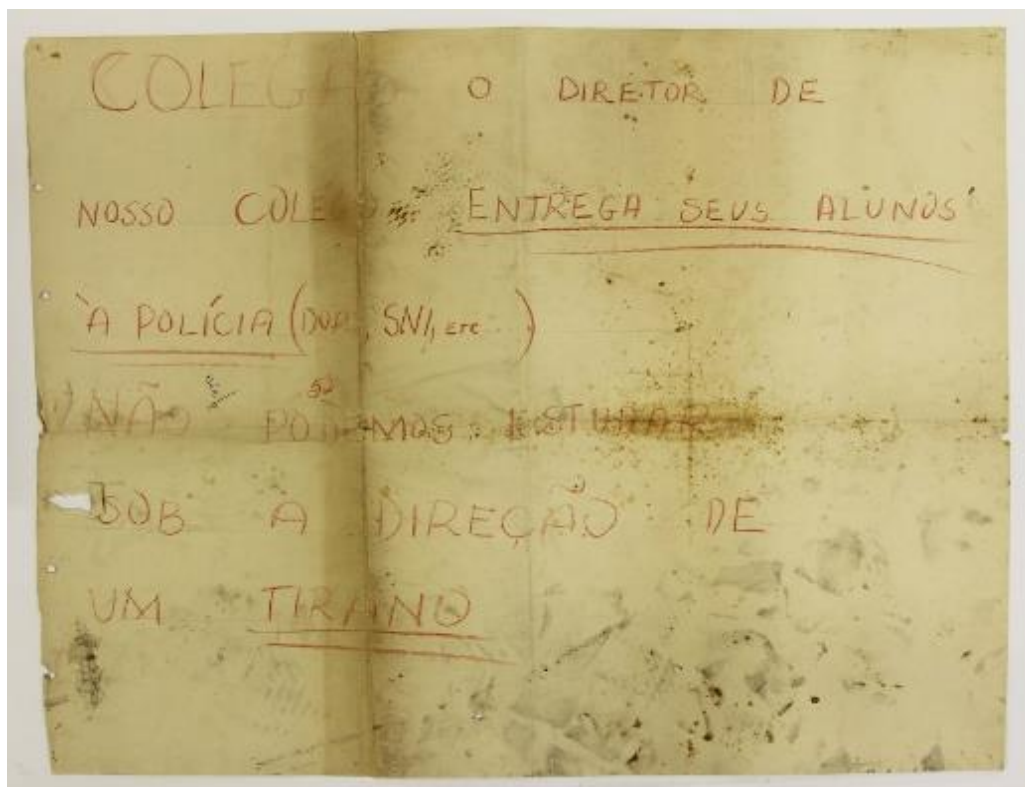


FIGURA 14 – Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 52. Foto: Rene Leal, 2013.

Título: [“Colegas, o diretor de nosso colégio...”].

Autoria: não identificada.

Localização no acervo APERJ: Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 24, folha 52.

Técnica: lápis colorido sobre cartolina.

Dimensões: 55 cm X 72 cm.

Data: 1968.

Local: Rio de Janeiro.

Descrição: Cartaz produzido em suporte de papel de gramatura média (conhecido comercialmente como cartolina) de cor original branca, que hoje mostra-se amarelada, devido ao envelhecimento do papel. Apresenta texto manuscrito a lápis vermelho, com os dizeres: “Colegas O diretor do nosso colégio entrega seus alunos à polícia (Dops, SNI, etc) / Não podemos estudar sob a direção de um tirano”. Mancha do texto disposto no sentido horizontal do suporte, alinhada pela margem esquerda, composta por 6 linhas; presença de linhas a grafite que serviram de pauta

para a inscrição; texto escrito com letra bastão; destaque para três partes do texto que se encontram sublinhadas com duas linhas vermelhas.

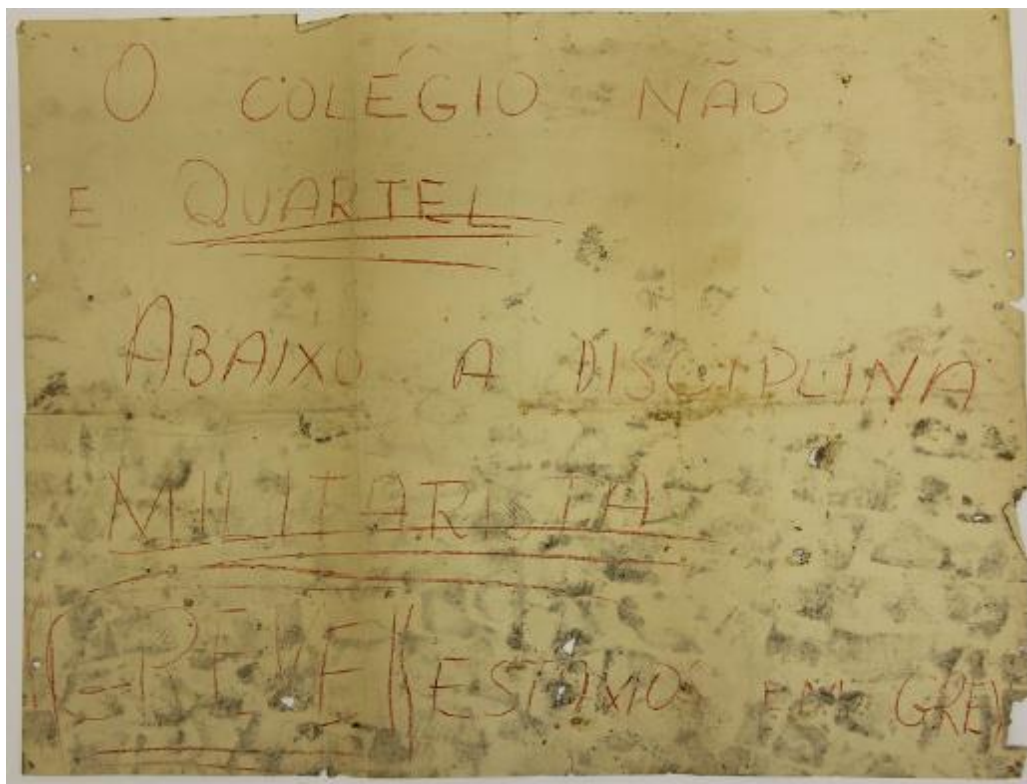


FIGURA 15 – Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, sem número. Foto: Rene Leal, 2013.

Título: [“O colégio não é quartel”].

Autoria: não identificada.

Localização no acervo APERJ: Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 24, sem número.

Técnica: lápis colorido sobre cartolina.

Dimensões: 55 cm X 72 cm.

Data: 1968.

Local: Rio de Janeiro.

Descrição: Cartaz produzido em suporte de papel de gramatura média (conhecido comercialmente como cartolina) de cor original branca, que hoje mostra-se amarelada, devido ao envelhecimento do papel. Apresenta texto manuscrito a lápis vermelho, com os dizeres: “O Colégio não é quartel / Abaixo a ditadura Militarista / Greve / Estamos em Greve.”. Texto disposto no sentido horizontal do suporte, sem alinhamento por margem, composto por cinco linhas; escrito com letra bastão;

destaque para três partes do texto: duas encontram-se sublinhadas com três linhas vermelhas, e uma palavra apresenta-se envolvida pelos quatro lados, por duas linhas paralelas.

Ao se observar os documentos, nota-se que o autor (ou autores) não produziu os cartazes com intenções estéticas. O uso da letra bastão deve-se à preocupação com se fazer entender por meio da inscrição simples e de comunicação direta, cabendo, ainda, uma suposição de que o uso desse tipo de letra tenha relação com a intenção de manter a impessoalidade do cartaz. A letra cursiva é muito particular, talvez não se quisesse deixar saber quem o escreveu, ou seu autor menosprezasse sua própria grafia.

Os documentos se destacam por suas marcas impressas em seu suporte. A manutenção desses sinais foi o que possibilitou o estudo aqui apresentado. As diversas manchas sobrepostas no mesmo espaço bidimensional se fundem visualmente, como a sedimentação de finas camadas. No entanto, apresentam a possibilidade de que se faça uma desconstrução dessas camadas, de modo a expor as sobreposições de forma sequencial, considerando os fatos citados nos documentos correlatos, e possibilitando trazer à luz acontecimentos que foram velados.

A primeira camada seria a própria inscrição dos cartazes: letras de forma escritas em vermelho, sublinhadas as passagens que se quis enfatizar. A escolha da cor pode ter sido intencional. A cor vermelha é frequentemente relacionada ao poder e à dor. É uma cor quente, cuja representação no espectro luminoso visível precede a posição da radiação infravermelha, fonte de calor. A intensidade de vibração e a capacidade de se destacar podem ter sido consideradas para a determinação da cor para a escrita dos cartazes.

E por que se quis tanta visibilidade para essas cartolinas?

Os cartazes foram produzidos pelos estudantes do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco. Localizado à rua Pacheco Leão, nº 1004, bairro Jardim Botânico, cidade do Rio de Janeiro. As datas prováveis de produção dos cartazes são os dias 28 e 29 de maio de 1968, haja vista a mensagem nele contida referir-se a fato ocorrido no dia 28 de maio de 1968, como mostra o documento da polícia, identificado como folha 3, da pasta 23 e 24. O texto do cartaz de número 52 é iniciado com um chamamento: “Colegas [...]”. Nesta abertura, nota-se a intenção de

pedir a atenção dos demais alunos para determinado fato. Na sequência, é descrito o motivo da agitação “[...] o diretor do nosso colégio entrega seus alunos à polícia (DOPS, SNI, etc) [...]”. O relatório da polícia confirma a informação do cartaz, como se lê na 13ª linha do texto da folha 3, pasta 23 e 24 (Figura 14). “[...] Segundo o Titular do educandário, os responsáveis Diretos pelo Piquet, são os elementos seguintes: [...]”. O diretor revelou à polícia os nomes de alunos, apontando um deles como tendo sido previamente afastado da escola no ano anterior “por questões políticas e disciplinares”.

Por meio desses cartazes, o corpo discente do Colégio Camilo Castelo Branco pretendia manifestar seu repúdio às atitudes do então diretor, citado em uma das mensagens como um delator. Intui-se que os alunos percebiam sua própria escola como uma redução da sociedade da época, na qual as pessoas eram punidas por seus posicionamentos políticos, e a figura representativa do poder havia se tornado *persona non grata*.

A segunda camada percebida nos cartazes é a primeira a ser omitida na descrição policial. Há marcas de grampos nos quatro cantos dos suportes, indicando que o cartaz esteve preso em superfície horizontal (um mural, por exemplo). A polícia informa, em documento datado do dia 29 de maio de 1968, de número 53, da pasta 23 e 24 do Setor Estudantil, ter apreendido os cartazes, mas não especifica de onde foram retirados ou recolhidos.

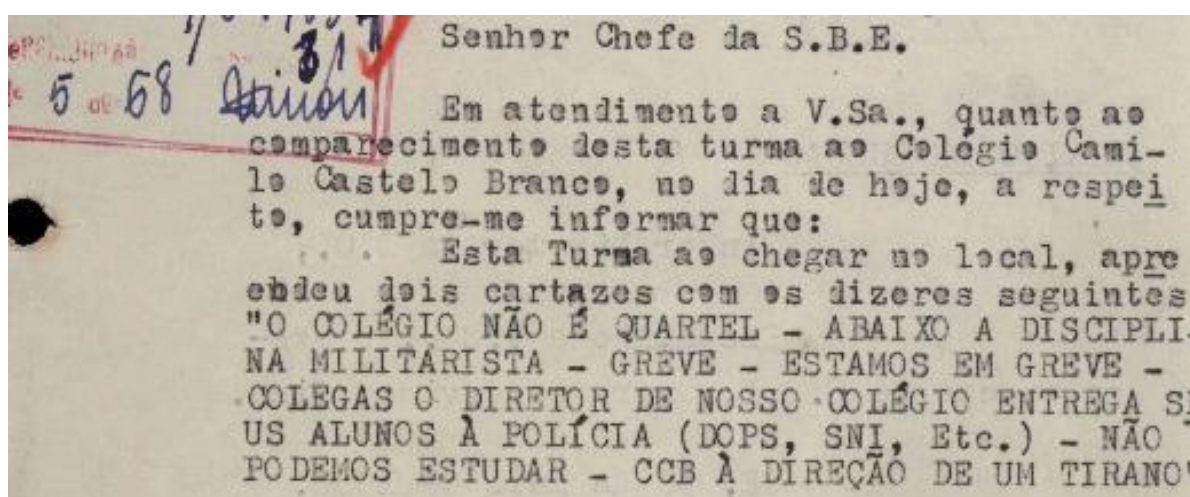


FIGURA 13 – Detalhe do documento. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 53. Foto: Ivy Silva, 2013.

A camada seguinte observada tem o mesmo caráter da anterior, o de não haver referência direta no relatório da polícia, e é a que desperta maior curiosidade. É a que mostra as impressões de solas de sapatos e do contorno das pedras portuguesas. No primeiro cartaz mostrado, essa terceira camada apresenta-se em uma extensão menor, ocupando uma área que vai da metade do 3º quadrante até quase a interseção dos 2º e 4º quadrantes em diagonal, sugerindo que algum objeto tivesse passado por cima do cartaz.

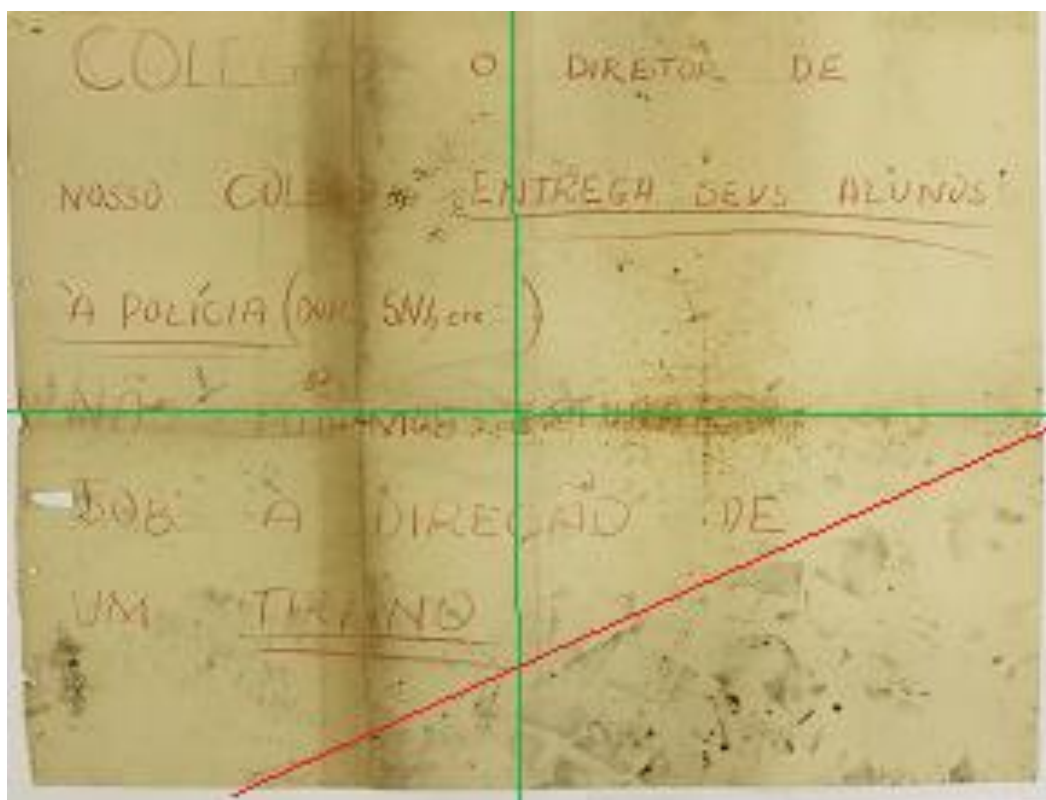


FIGURA 17 – Esquema da terceira camada de marcas. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 52. Foto: Ivy Silva, 2013.

O segundo documento apresenta as mesmas marcas; porém, em uma área maior, chegando a ocupar mais da metade da extensão do suporte, na sua parte inferior. Ao mesmo tempo, as impressões são mais fortes, chegando a romper o suporte em determinados locais (Figura 18). A intensidade das marcas faz acreditar que esse cartaz permaneceu mais tempo vulnerável aos agentes que provocaram os danos.

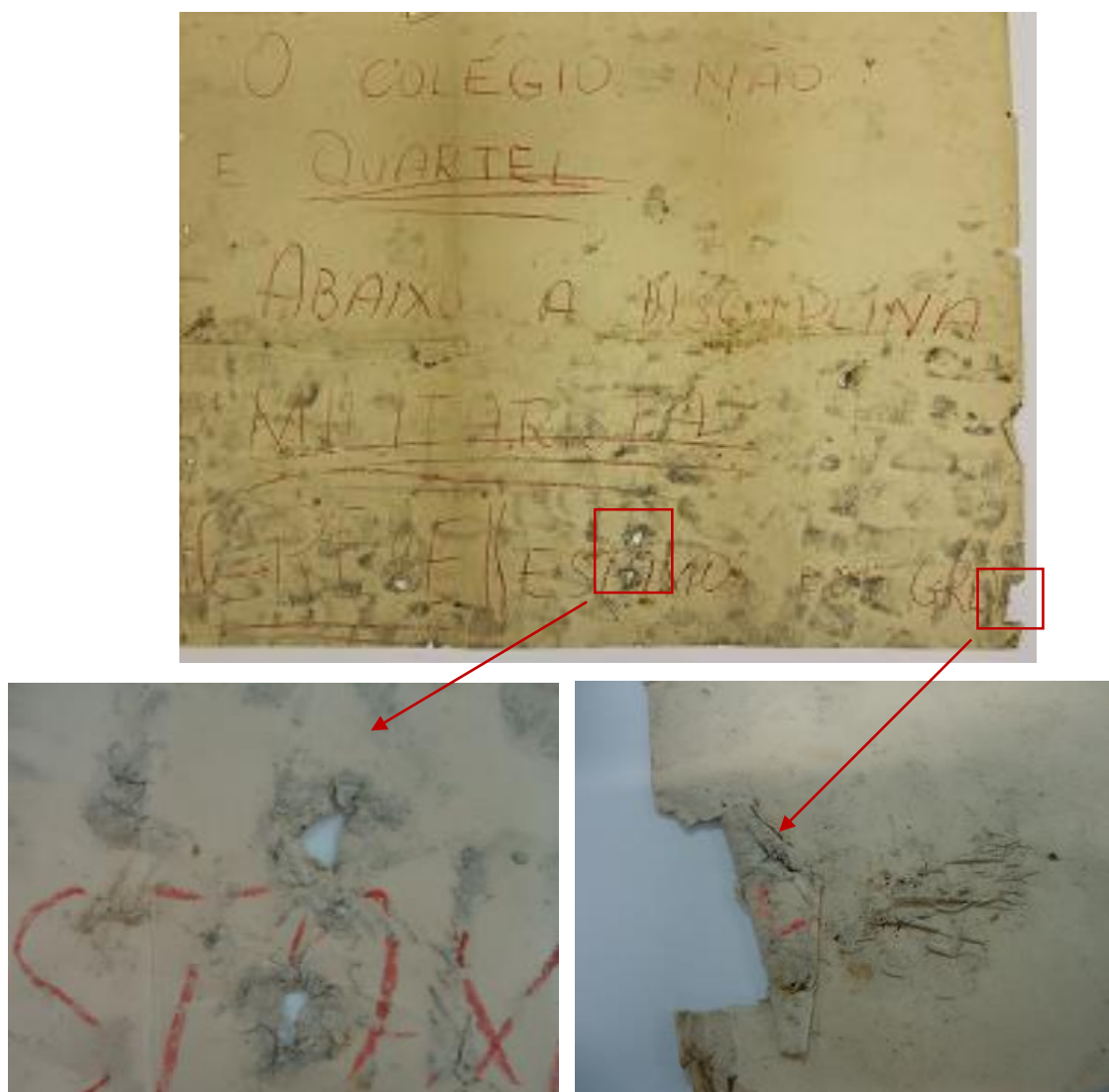
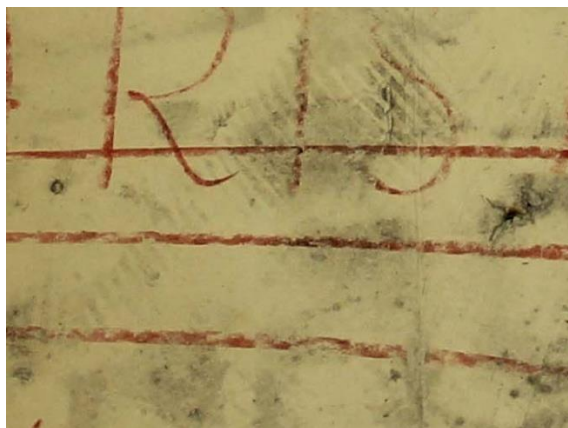


FIGURA 18 – Esquema mostrando destaque e detalhes de danos provocados por atrito no papel. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, sem número. Foto: Ivy Silva, 2013.

Uma apreciação mais cuidadosa permite distinguir algumas impressões semelhantes a solados que correspondem a solas de tênis, calçado já difundido entre os jovens da época. O material plástico dos solados permitiu que as marcas fossem impressas como carimbos, e deixou nítidos também as formas e os grafismos.



FIGURAS 19 e 20 – Detalhes de impressões de solados de calçados. Foto: Ivy Silva, 2013.





FIGURA 21 – Exemplos de calçados – Tênis – fabricados no Brasil nos anos 1960. Fonte: <[www.preciolandia.com.br](http://www.preciolandia.com.br)>.

As marcas indicam que os objetos foram ao chão, em circunstâncias não esclarecidas (ou que não se quis deixar registradas), sendo pisoteados, atropelados, o que ocasionou a impressão das marcas desse momento. Observa-se também que as marcas estão presentes apenas na parte anterior dos documentos, tendo seus versos preservados quase intactos.



FIGURA 22 – Verso do cartaz “Colegas, o Diretor de nosso colégio...”. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, sem número. Foto: Ivy Silva, 2013.

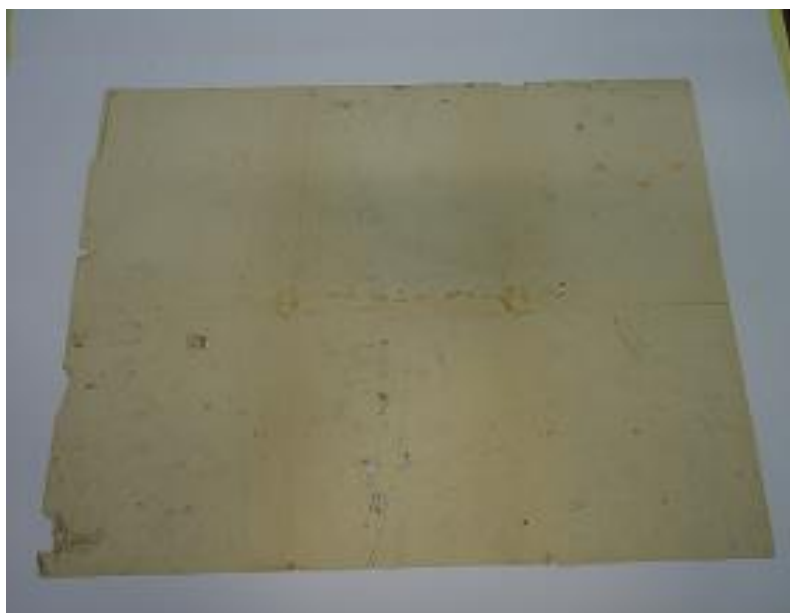


FIGURA 23 – Verso do cartaz “O Colégio não é quartel”. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 52. Foto: Ivy Silva, 2013.

Desperta-se, com essa observação, a hipótese de ter havido um protesto dos estudantes dentro ou à porta da escola, pois o calçamento da via pública em frente ao edifício onde o colégio funcionava<sup>19</sup> é pavimentado com pedras portuguesas.

---

<sup>19</sup> O Colégio Estadual Camilo Castelo Branco passou para a administração do município do Rio de Janeiro, mudando apenas a designação de Colégio Estadual para Escola Municipal, mantendo-se no mesmo edifício.

Entre a sedimentação desta e da próxima camada, há registrado no relato policial o “encaminhamento” de um “elemento” que se encontrava à porta da escola e despertou a atenção da polícia por estar “em trajes de passeios” falando a um grupo de estudantes “em atitude suspeita”. A justificativa dada para o encaminhamento do rapaz ao DOPS foi a seguinte: “Este elemento ao ser abordado tentou criar obstáculos quanto a sua identificação, o que deu motivo para ser encaminhado ao DOPS, tendo sido apresentado ao Dr. Comissário de Dia, [...]”. Posteriormente, foi declarado se tratar de um estudante universitário, sendo descritos ainda sua filiação e seu endereço residencial.

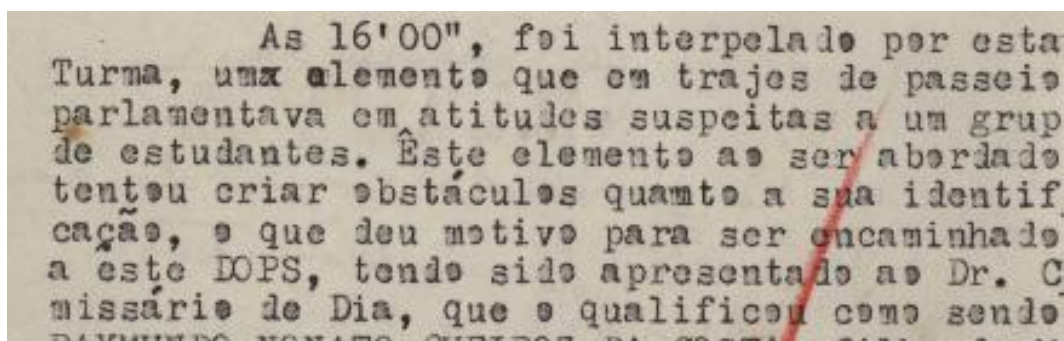


FIGURA 24 – Detalhe do documento. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 53. Foto: Ivy Silva, 2013.

É interessante notar os jargões policiais usados no citado relatório, em que o substantivo “elemento” é utilizado para designar pessoa da qual se tem alguma suspeita sobre seu comportamento, e o verbo “qualificar” é usado no lugar de “identificar”.

Em seguida, como uma quarta camada verificada nos dois documentos, são observados vincos provocados por dobras, e furos. Essas marcas foram feitas para que os cartazes pudessem ser incorporados ao dossiê policial dedicado às atividades estudantis. As dobras serviram para que os cartazes, que originalmente possuem tamanho de 55 x 72 cm, fossem convertidos à dimensão próxima à do tamanho ofício (21,59 x 35,56 cm), padrão da maioria dos documentos existentes no dossiê. Os furos, feitos à máquina perfuradora de papel, serviram para que pudessem ser acondicionados em fichário, provavelmente do modelo com garra metálica, que reunia o dossiê.

Na quinta camada do primeiro cartaz analisado são observadas marcas de substância gordurosa, concentradas no lado direito, indicando o ponto que fora

uma quina de dobradura do cartaz. Ainda nesse estrato há uma mancha escura no lado esquerdo, ocupando uma faixa que percorre toda a altura do documento, indicando que, embora o cartaz tivesse sido dobrado para caber no fichário, essa medida não foi suficiente, e o cartaz continuou maior que as demais folhas, permanecendo a área exposta à luz e à poeira. Essas duas marcas possivelmente são contemporâneas. O segundo cartaz apresenta apenas a mancha em forma de faixa na extensão da altura, à esquerda, porém mais sutil. As manchas indicam que esse documento permaneceu por muito tempo em lugar e em condições desfavoráveis à sua conservação. A marca de gordura indica que o documento ficou em contato com objeto ou superfície impregnada com algum tipo de óleo (alguns antigos gaveteiros para pastas suspensas possuíam corrediças expostas que precisavam de lubrificação com óleo para funcionarem adequadamente. É possível que esse dossiê tenha permanecido algum tempo guardado em mobiliário semelhante). Ambas as marcas são perceptíveis apenas na parte frontal do cartaz, deixando claro que os documentos foram dobrados com a inscrição para fora das dobras (Figuras 25 e 26).

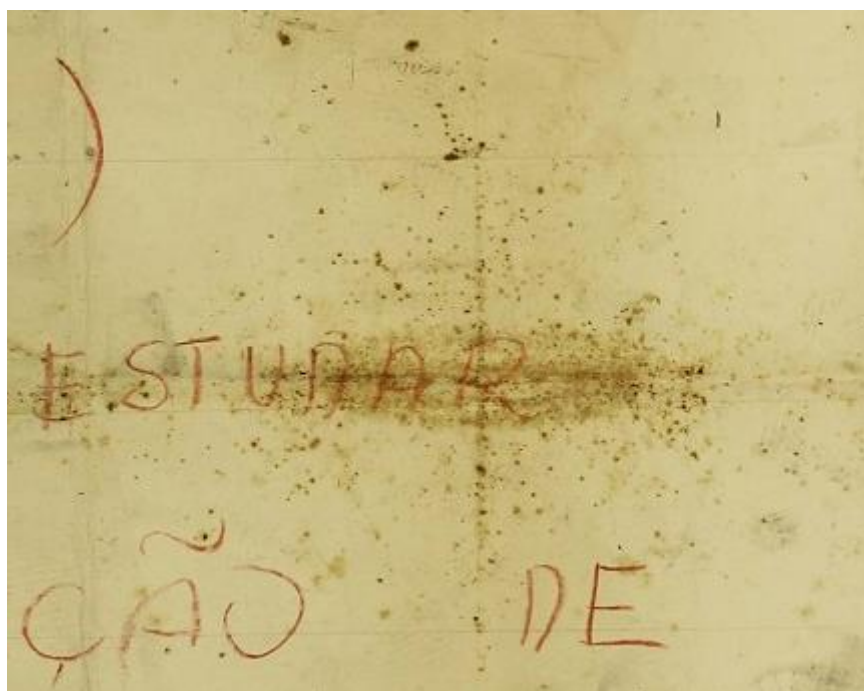


FIGURA 25 – Detalhe da marca de substância gordurosa. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 52. Foto: Ivy Silva, 2013.

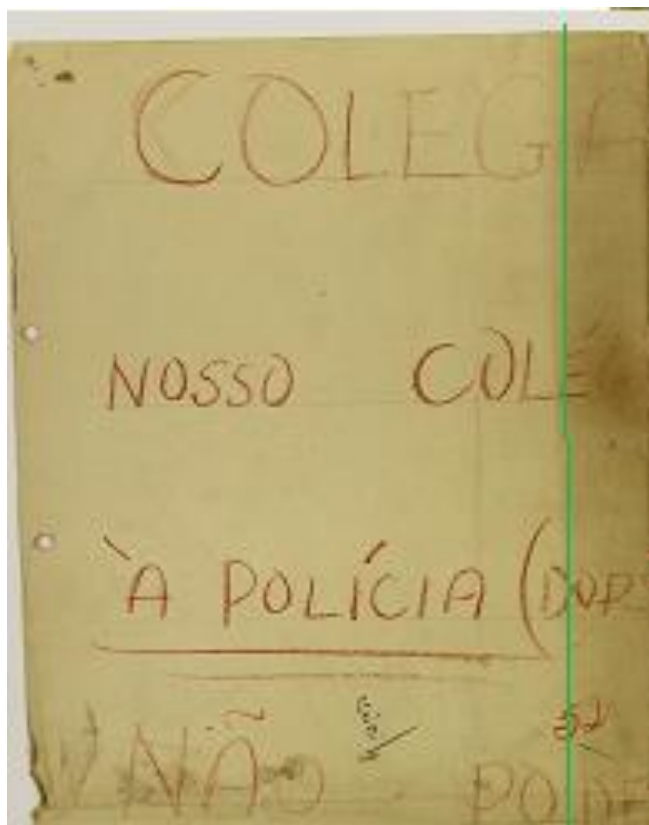


FIGURA 26 – Simulação do aspecto do documento dobrado e acondicionado em fichário. Acervo APERJ, Fundo Polícias Políticas, Setor Estudantil, pasta 23 e 23, folha 52. Foto: Ivy Silva, 2013.

A análise dos estratos das marcas permite reconhecer um pouco mais da trajetória do documento e, ao mesmo tempo, induz à reflexão de que há ainda pontos a serem esclarecidos, e que, possivelmente, ao serem conhecidos, acrescentarão dados à memória que se constrói da participação dos secundaristas no Movimento Estudantil da década de 1960.

Não foi conseguido outro meio de informação que esclarecesse o que houve com os cartazes para que eles tenham adquirido as marcas que nos mostram hoje, ou sobre outros fatos ocorridos no Colégio e nos seus arredores, entre os dias 28 e 29 de junho de 1968. Foram feitas tentativas de contato com ex-alunos; porém, não houve retorno até a data da redação da dissertação. Mesmo em outros documentos da pasta 23 e 24 não foi encontrado nenhum tipo de informação sobre desdobramentos da greve dos alunos do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco. As marcas são hoje os únicos registros de que há ainda algo a ser contado sobre a movimentação dos estudantes daquele Colégio, em nome de melhores condições de convivência no meio escolar.

As marcas permanecem como indícios, vestígios de acontecimentos ainda desconhecidos. Continuam instigantes, capazes de provocar questionamentos e reflexões para novas abordagens para o tratamento de documentos das polícias políticas, seja em relação a crítica, seja para a preservação e a disseminação de conteúdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo embasamento teórico para a decisão de manter marcas de danos circunstanciais e o reconhecimento destes como portadores de memórias em documentos arquivísticos foram os temas norteadores deste trabalho, especificamente as marcas trazidas por cartazes do Fundo Polícias Políticas e as memórias da atuação secundarista junto ao Movimento Estudantil. O exercício de analisar cada marca como um dado informacional proporcionou uma reflexão sobre o papel do profissional de preservação de acervos arquivísticos diante dos desafios da manutenção de objetos e de suas memórias.

Considerando as instituições arquivísticas como locais de memórias, no sentido conceituado por Pierre Nora (1983) ou na moderna visão de documento como construtor de memórias (HEYMANN, 2009), a preservação dentro destes espaços institucionais tem seus sentidos ampliados, proporcionando a utilização das memórias socialmente constituídas de diferentes formas. Contudo, percebemos que os diversos usos da memória feitos ao longo da História sempre foram díspares e conflitantes. O uso da memória pelo poder, no qual o grupo social dominante manipula e seleciona as informações sobre o que deve ser lembrado, se mostrou um homogeneizador de memórias, e, ao mesmo tempo, motivou a existência das memórias subterrâneas. O uso da memória como forma de combater o medo do esquecimento e da perda de referenciais comuns a um grupo foi identificado no comportamento contemporâneo de patrimonialização.

A necessidade de registrar fatos e torná-los acessíveis *a posteriori*, de maneira a servir como prova, como informação ou para rememorar pessoas, datas e acontecimentos fez surgir o que conhecemos como documento. A evolução do sentido de documento acompanhou a evolução dos tempos. Os registros de nascimentos e batismos, antes negligenciados como fontes documentais pelos cientistas da História, ganharam notoriedade e apresentaram uma nova forma de crítica documental: o documento não seria mais um objeto de sentido único encerrado em si mesmo, e sim um elemento integrado a um conjunto, cujo sentido é ampliado, ao ser relacionado a outros documentos.

A Revolução Documental, além de ter apresentado um novo estatuto ao documento, apresentou também o desenvolvimento tecnológico como aliado da

expansão da difusão de conteúdo. A era da reformatação trouxe a informatização de conteúdos informacionais, colaborando com uma nova perspectiva de transmissão e de preservação de documentos para o futuro.

O reconhecimento do documento como patrimônio é notado como consequência da evolução do conceito de patrimônio cultural. A apropriação de objetos e manifestações culturais por segmentos sociais com o objetivo de formar a identidade de um grupo é identificada como elo entre patrimônio e preservação. O risco da perda é fator preponderante para a patrimonialização de bens culturais, não sendo diferente com os acervos documentais, embora a concretização de políticas de preservação destes acervos, por meio de legislação específica, seja menos acelerada que outras tipologias de bens culturais. Poucas são as recomendações e os mecanismos para salvaguarda de acervos arquivísticos conjecturados em leis, salvo o Compromisso de Brasília, o de Salvador, e o artigo 216 da Constituição Federal brasileira de 1988.

No âmbito dos acervos arquivísticos constituídos pelas Polícias Políticas durante o século XX, o acesso a essa documentação propicia aos pesquisadores do tema uma visão ampla de fatos ocorridos durante a vigência dos regimes ditatoriais brasileiros. É possível conhecer, por meio dos documentos, os mecanismos de coerção e os discursos (tanto do Estado repressor quanto do cidadão reprimido), embora seja evidente que o acervo preservado até os dias atuais representa uma parte, apenas, do que foi produzido.

O Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), sendo o último órgão do período da ditadura com função de Polícia Política, herdou das demais Delegacias seus acervos arquivísticos remanescentes. Ao fim das atividades do DGIE, toda a documentação arquivada neste departamento seguiu para custódia da Polícia Federal, de onde saiu, em 1992, para integrar o acervo documental do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. O APERJ tem um papel importante na preservação da memória do período das ditaduras brasileiras por ser a instituição de custódia dos acervos das Polícias Políticas, desde a Era Vargas até o fim da Ditadura Militar, nos anos de 1980.

O Fundo Polícias Políticas, constituído por centenas de milhares de itens, possui sua organização original mantida pelo APERJ. O acesso a essa documentação era restrito até o ano de 2013, quando, por Decreto Estadual nº



44.131, de 21 de março, e pela Portaria APERJ nº 09, de 18 de abril, o acesso ao Fundo se tornou irrestrito.

A institucionalização dos acervos das Polícias Políticas elevou-os à categoria de documentos arquivísticos permanentes, tornando seus documentos objetos passíveis de intervenções de conservação, além de os inserir no campo da preservação de bens culturais. Para o desenvolvimento das atividades de preservação, são necessários conhecimentos em diversas áreas que, embora distintas entre si, devem estar interligadas. Como meta para a preservação de bens culturais está o prolongamento da vida útil do objeto.

A preservação de dois documentos do Fundo Polícias Políticas, cujas superfícies apresentam marcas de danos, à primeira vista tidas como sujidades, deteve-se em um dilema para o qual a solução deveria ter um embasamento teórico consolidado. Como parte da revisão bibliográfica sobre preservação, foram trazidos conceitos que se aproximam dos temas abordados – a manutenção de marcas como elemento constitutivo do objeto a ser preservado, e a conservação de documentos arquivísticos.

A contribuição de John Ruskin (2008) foi quanto à consideração pela memória do patrimônio a ser preservado e o reconhecimento das marcas como a “mancha dourada do tempo”. Camilo Boito (2002) contribuiu com o tema por indicar a aceitação do bem a ser preservado sem interferências, pois a eliminação de marcas com o propósito de melhorar a aparência estética poderia acarretar um falso histórico.

Cesare Brandi(1971) trata as marcas como a “sedimentação do tempo sobre a obra”, e mantê-las depende da análise particular dos objetos, sob o risco de, ao removê-las, interferir na compreensão da obra. Em Brandi encontramos, ainda, a afirmação de que as adições encontradas em pinturas podem ser incorporadas à obra como um dado histórico. Relacionando as marcas dos cartazes, estas poderiam ser tomadas como dados que podem ser considerados informações contidas por esses documentos. A dificuldade estaria na decisão sobre sua manutenção ou eliminação, sendo imprescindível a análise do acréscimo, sob o ponto de vista histórico.

O distanciamento observado entre as teorias clássicas e o que de fato ocorre no cotidiano de um laboratório de conservação foi o que motivou Salvador Muñoz Viñas (2003) a elaborar suas teorias. Além das obras de arte, Viñas

analisa a preservação dos objetos simbólicos e dos objetos históricos, além da função simbólica de bens culturais. Embora não considere os documentos arquivísticos como objetos de valor simbólico, estes possuiriam características destacadas pelo autor: valores representativos de um grupo, valores ideológicos e sentimentais; e a alteração da função original para a função simbólica, que pode, inclusive, mudar as funções intangíveis originais do objeto. Essa constatação já seria o suficiente para considerar os documentos como objetos passíveis de conservação.

A metodologia adotada pelo APERJ para o tratamento de conservação de seu acervo atende as recomendações de mínima intervenção. A conservação preventiva é o foco principal das atividades que visam à salvaguarda do acervo da instituição.

No que tange à atuação secundarista no Movimento Estudantil, essas memórias foram visitadas por meio dos testemunhos dos atores que as vivenciaram, como Irum Sant`anna, Sepúlveda Pertence e Vladimir Palmeira. Os textos de Arthur Poerner (1968) e de Maria Paula de Araújo (2007), este último fruto do Projeto Memórias do Movimento Estudantil, elucidaram algumas questões relacionadas à luta do Movimento Estudantil da década de 1960. Foi possível compreender melhor as reivindicações descritas nos cartazes analisados neste trabalho e as informações relatadas nos documentos do Setor Estudantil do Fundo Polícias Políticas, relacionados à vigilância a estudantes, professores e demais profissionais de estabelecimentos de ensino.

Na análise das marcas, feita em camadas, respeitando-se o que acreditamos ser a ordem dos acontecimentos, foi possível a investigação pontual de cada um dos registros feitos, voluntária ou involuntariamente, sobre a superfície dos cartazes. O que foi possível recuperar com o auxílio da leitura dos documentos correlatos não foi o suficiente para responder a todos os questionamentos sobre as circunstâncias do momento da apreensão dos cartazes: se havia uma manifestação e se houve confronto entre polícia e estudantes. Tentou-se contato com o grupo formado em uma rede social por ex-alunos do Colégio Estadual Camilo Castelo Branco, porém não houve retorno até a data da finalização deste texto.

O reconhecimento dos danos como conteúdos informacionais foi outro ponto cuja investigação não alcançou êxito, podendo ser tema para um desdobramento futuro desta pesquisa.

As marcas apresentadas por esses cartazes não devem ser observadas como meros vestígios da passagem do tempo, e sim analisadas como memórias impressas em papel e poeira. Os cartazes do movimento estudantil são hoje documentos categorizados com bens culturais e precisam ser respeitados em seus discursos e silêncios.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937 – 2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Os Arquivos das polícias políticas**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **DOPS: A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: APERJ, 1993

ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. Memórias num bordado: Traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Cadernos de Pesquisa do CDHIS. Arquivo, Documento e Memória, 2010, vol.23, nº 1.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOITO. C. **Os Restauradores**. Cotia, Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, C. Teoría de la Restauración. México: Escuela Nacional de Arquitectura, 1971.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 06/07/2013.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 06/07/2013.

CARNEIRO, M.L.T. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**. 2007 [www.usp.br/proin/download/artigo\\_oarquivos\\_policia\\_politica.pdf](http://www.usp.br/proin/download/artigo_oarquivos_policia_politica.pdf)

CASSARES, N. C. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.

CHAGAS, M. Memória Política e Política da Memória. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Regina Abreu e Mario Chagas (orgs.) Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHAUÍ, M. Direito à memória: natureza, cultura, patrimônio histórico-cultural e ambiental. In: \_\_. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 103-128.

\_\_\_\_\_. A nação como semióforo. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. – 2 ed. – Ri de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva de Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.

COPEDE, Maurizio. *La carta e il suo degrado*. Florença: Nardini Editore, 1991.

CURY, I. Cartas Patrimoniais. Rio de Janeiro, IPHAN, 1995.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. In: \_\_ **Pós: Belo Horizonte**, v.2, n.4, p.204 – 219, nov. 2012.

FERRAZ, J. **Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil**. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; Santos, Myrian Sepúlveda dos (org.). **Museus, coleções e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2002. 148 páginas.

GROSSMAN, Eloisa. A construção do conceito de adolescência no Ocidente. In \_\_ **Adolescência e Saúde**. Vol.7 nº 3 – jul /set 2010. Acessado em 19 de setembro de 2014.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Edições Vértice. São Paulo, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, n.36; p.261-273. Jul/Dez 2006.

HEYMANN, Luciana Quillet. **“De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do ‘legado’ de Darcy Ribeiro”**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI/Social Science Research Council, 2002b.

LA TOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: \_BARATIN, Marc e JACOB, Christian. (Orgs). *O Poder das Bibliotecas*.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Memória e história**. São Paulo:Unicamp, 2003.

LE MOS, C. A.C. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Rebelião Estudantil: 1968**. Campinas, Mercado das Letras, 1996.

**Memória do Movimento Estudantil**. Coleção Memória Social. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005

MENESES, U. B. de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: \_ **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Serv. P. 9-42 jan/dez 1994.

\_\_\_\_\_. A História, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, 1992, nº 34. p. 9 - 24.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS **Políticas de Preservação de Acervos Institucionais**. MAST/CNPQ, Rio de Janeiro, 1995.

NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. in: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dezembro, 1993

PAULA, T. C. T. de. De Plenderleith a Al Gore: o ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 16, n. 2, Dec. 2008. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000200008&lng=en&nrm=iso). Acessado em 09 Nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142008000200008>.

PHILIPPOT, P. The Idea of Patina and the Cleaning of Paintings. In: \_ **Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage**. Readings in Conservation. The Getty Conservation Institute. 1996.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

POLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, p. 3 -15.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII – XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 páginas.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual nº 44.131, de 21 de março de 2013**. Reconhece os conjuntos documentais a que se refere como necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância e dá outras providências. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec44131.htm> Acesso em: 06/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Atos do Governo Provisório. Decreto n. 2.638, de 25 de Agosto de 1931**. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec44131.htm> Acesso em: 06/07/2013.

RUSKIN, J. **A lâmpada da memória**. Cotia, Ateliê Editorial, 2008.

SÁ, I. C.. **Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil**. Mneme (Caicó. Online), v. 6, p. 1-25, 2008.

SPINELLI JÚNIOR, J. **A conservação de acervos bibliográficos & documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 1997.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memórias, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

UNESCO. **Programa Memória do Mundo - Comitê Regional da América Latina e Caribe**. Disponível em <http://mowlac.wordpress.com/> Acesso em: 02/07/2013.

VALLE, C. B. do. **A patrimonialização e a musealização de lugares de memória da ditadura de 1964 – o Memorial da Resistência de SP**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

VIÑAS, S. M. **Teoria contemporânea de La Restauración**. Madrid: Sintesis, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier, 2005.

\_\_\_\_\_. **La Restauracion del Papel**. Madrid: Tecnos, 2010.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauração**. Cotia, Ateliê Editorial, 2000.

## SITES

[www.vladimirpalmeira.com.br/1968](http://www.vladimirpalmeira.com.br/1968) Acessado em 30 de julho de 2014

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3640-14-abril-1900-504589-publicacaooriginal-109093-pe.html> Acessado em 30 de julho de 2014

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6440-30-marco-1907-504445-norma-pe.html> Acessado em 30 de julho de 2014

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14079-25-fevereiro-1920-515945-regulamento-pe.pdf>

<http://www.fredcunhanews.com/2013/10/calcados-dos-anos-50-tenis-conga.html>

[http://antonioassiss.blogspot.com.br/2012\\_02\\_12\\_archive.html](http://antonioassiss.blogspot.com.br/2012_02_12_archive.html)

<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/03/11/anos-rebeldes-435456.asp>

## DOCUMENTÁRIOS

**Memória do Movimento Estudantil.** Direção: Silvio Tendler. Brasil , 2007. 103 min.

## VERBETE

ARQUIVO. In: AUTOR. Dicionário Caldas Aulete. Cidade: Editora, 2008, p. 84.